

N.º 571 • ANO LI  
MARÇO 2022 • MENSAL • € 1,50

# Revista da ARMADA



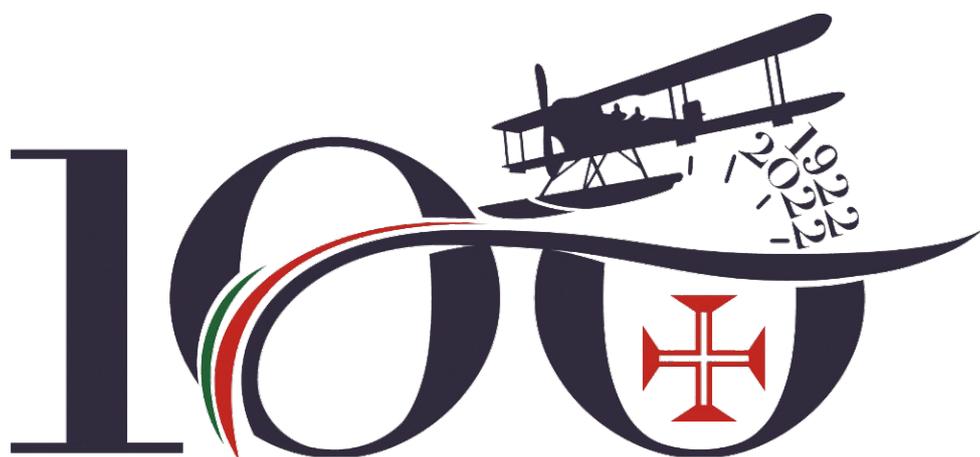
**INICIATIVA MAR ABERTO 21.2**

**FORÇA NACIONAL DESTACADA**

EVIDÊNCIAS  
DA TASK FORCE

50º ANIVERSÁRIO  
NRP ZAIRE

AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS  
E A INCERTEZA DO FUTURO



# CENTENÁRIO DA TRAVESSIA AÉREA DO ATLÂNTICO SUL

## DATA

2022

28MAR22

30MAR22

30MAR22

30MAR22

31MAR22

31MAR22

31MAR22

03ABR22

03ABR22

11MAI22

11MAI22

17JUN22

17JUN22

7SET22

## PROGRAMA

Exposição Itinerante e Concertos das Bandas

*Design* das cautelas da extração (Santa Casa da Misericórdia)

Celebração Eucarística

Concerto da Banda da Força Aérea

Inauguração da renovação do espaço expositivo da Aviação Naval – Pavilhão das Galeotas

Lançamento de Moeda Comemorativa (Casa da Moeda)

Lançamento de Emissão Filatélica

Lançamento do Livro Institucional 100TAAS

Cerimónia Militar junto ao Monumento em Belém

Desfile Aeronaval

Seminário “Busca e Salvamento Marítimo e Aéreo”

Lançamento do Relógio Comemorativo

Comemorações da chegada ao Brasil

Lançamento do Livro “Aviação Naval”

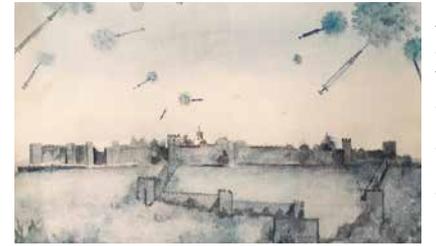
Lançamento do Livro “Gago Coutinho, um homem simples” de Henriques Mateus

# SUMÁRIO

- 02** Centenário da Travessia Aérea do Atlântico Sul. Programa
- 04** Strategia (69)
- 06** Iniciativa MAR ABERTO 21.2. Força Nacional Destacada (Incluindo NRP *D. Carlos I*)
- 10** Provas de Mar. NRP *Bartolomeu Dias*
- 16** Guerra no Pacífico. A batalha das Salomão orientais
- 21** Trabalhos de musealização do Ex-NRP *Barracuda*
- 22** Academia de Marinha
- 26** Entregas de Comando / Tomadas de Posse
- 29** Estórias (78)
- 30** Saúde para Todos (94)
- 32** Vigia da História (129)
- 33** Quarto de Folga
- 34** Notícias Pessoais
- 35** Concurso de Fotografia
- CC** Naus de Pedra em Lisboa

## EVIDÊNCIAS DA TASK FORCE

# 11



Montemor-o-Velho, centro logístico COVID-19

Autor: 2TEN TSN-ARQ Paulo Guedes

# 14

## NRP ZAIRE. 50º ANIVERSÁRIO



## AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A INCERTEZA DO FUTURO

# 17



### Capa

NRP *D. Carlos I* a navegar ao largo do Senegal.



**Revista da**  
**ARMADA**

Publicação Oficial da Marinha  
Periodicidade mensal  
Nº 571 / Ano LI  
Março 2022

Revista registada na ERC  
Registo nº 127719  
Depósito Legal nº 55737/92  
ISSN 0870-9343

**Propriedade**  
Marinha Portuguesa  
NIPC 600012662

**Diretor**  
CALM Aníbal José Ramos Borges

**Chefe de Redação**  
CMG M Fernando Manuel Carrondo Dias

**Redatora**  
CTEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

**Secretário de Redação**  
SCH C Luís Fernando Pereira de Oliveira

**Administração, Redação e Edição**  
Revista da Armada- Edifício das Instalações  
Centrais da Marinha- Rua do Arsenal  
1149-001 Lisboa- Portugal  
Telef: 21 159 32 54

**Estatuto Editorial**  
[www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/  
revista-armada.aspx](http://www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/revista-armada.aspx)

**E-mail da Revista da Armada**  
[revista.armada@marinha.pt](mailto:revista.armada@marinha.pt)  
[ra.sec@marinha.pt](mailto:ra.sec@marinha.pt)

**Paginação eletrónica e produção**  
What Colour Is This?  
wcit.pt  
[info@wcit.pt](mailto:info@wcit.pt)  
Tl: +351219267950

**Tiragem média mensal:**  
3700 exemplares

## A CRISE NO ESTREITO DE ORMUZ ANÁLISE DAS POSTURAS ESTRATÉGICAS, COM IMPACTO NO DOMÍNIO MARÍTIMO

Após o enquadramento histórico da crise no Estreito de Ormuz, efetuado no artigo anterior, justifica-se uma breve reflexão geopolítica relativamente aos interesses dos principais atores nesta região, evidenciando as diferentes posturas estratégicas com impacto no domínio marítimo, adotadas por Irão, EUA, União Europeia (UE) – ou, melhor dizendo, por alguns Estados-Membros da UE – e Portugal.

### A POSTURA ESTRATÉGICA DO IRÃO

Teerão tem dificultado qualquer reaproximação, mesmo após a eleição de Joe Biden, com base num orgulho nacional, ancorado na história notável da Pérsia e no potencial geoestratégico do país, que lhe é conferido, entre outros fatores, pela sua posição geográfica, pelos vastos recursos energéticos, pelo desenvolvimento e produção autónoma de tecnologia militar e pela demografia. Nesse quadro, o regime iraniano tem privilegiado uma aproximação indireta e um confronto por procuração, continuando a influenciar as relações internacionais no designado crescente xiita (Gaza, Beirute, Damasco e Bagdade), mesmo quando as suas capacidades militares são inferiores às das potências ocidentais. Através de uma postura ambígua sobre a natureza do seu projeto nuclear, do apoio aos grupos armados pró-iranianos (e.g., os grupos xiitas Hezbollah e Houthis, e o grupo palestiano sunita Hamas) e do desenvolvimento de mísseis sofisticados e de tecnologia de ponta na área da defesa (onde se inclui o primeiro satélite militar, lançado em abril de 2020), o Irão continua a demonstrar capacidade e vontade para assumir o papel de potência regional. A nível interno, o regime também tem vindo a dar indicações de que não tolerará dissidências. Claros sinais disso mesmo são as repressões contra manifestações populares em diferentes pontos do Irão e o enforcamento de dissidentes.

No domínio marítimo, sem qualquer hipótese de se constituírem como opositoras de peso da Marinha Americana, tanto em termos de dimensão, como de capacidade tecnológica, a Marinha da República Islâmica do Irão (a força naval convencional iraniana, constituída por fragatas, corvetas e submarinos) e a Marinha do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (de natureza não convencional e formada, essencialmente, por lanchas rápidas de ataque) têm vindo a apostar numa estratégia orientada para a guerra assimétrica, capaz de infligir danos às Marinhas Ocidentais, através de meios relativamente baratos e capazes de serem produzidos em massa pela indústria iraniana. Tal tem permitido dissuadir um eventual ataque em maior escala por parte da Marinha mais poderosa do mundo.

### A POSTURA ESTRATÉGICA DOS EUA

Desde o início desta nova escalada nas tensões, em 2018, a estratégia norte-americana tem passado por sanções económicas ao Irão, cujos efeitos têm sido bastante significativos,

afetando o desenvolvimento e o bem-estar da população iraniana.

Além disso, a partir de meados de 2019, os EUA reforçaram a presença militar na região e lançaram a operação naval SENTINEL, que constitui a componente militar do *International Maritime Security Construct*, com o propósito de garantir a segurança da navegação no Golfo Pérsico e no Estreito de Ormuz. Como forma de ganharem apoio e legitimidade internacional para usarem a força em resposta a eventuais incidentes provocados pelos iranianos, os EUA apelaram aos seus aliados para integrarem a operação SENTINEL. Todavia, a adesão foi pouco expressiva, tendo a Alemanha sido dos primeiros aliados europeus a declinar o convite, por não se rever na estratégia americana de “pressão máxima” sobre o Irão, seguida pelo então presidente Donald Trump. Assim, para além dos tradicionais parceiros regionais – Arábia Saudita, Bahrein e Emirados Árabes Unidos – juntaram-se à iniciativa americana a Austrália e três membros da NATO – Albânia, Lituânia e Reino Unido.

Os dois primeiros, sem capacidades oceânicas significativas, ter-se-ão associado como forma de retribuir o empenhamento americano, respetivamente, no Kosovo e nas fronteiras dos estados Bálticos com a Rússia. Já o Reino Unido, que ainda ensaiou a liderança de uma missão marítima europeia, viu-se



Fragata dinamarquesa Iver Huitfeldt em patrulha no âmbito da operação AGENOR.

confrontado com a lentidão de resposta dos países europeus, optando por se coligar com os americanos, garantindo, dessa forma, uma capacidade de intervenção imediata na região do Estreito de Ormuz, que lhe era exigida face aos dois ataques sofridos em 2019 por navios mercantes com pavilhão britânico.

## A POSTURA ESTRATÉGICA “EUROPEIA”

O natural seria intitular esta seção como “A postura estratégica da UE”. No entanto, isso representaria um desafio acrescido, na medida em que a UE não evidenciou intenções de desenvolver uma operação naval relacionada com esta crise. Os motivos não serão perfeitamente conhecidos, mas podem estar associados a diversas circunstâncias, incluindo a coincidência temporal com o término do mandato da Comissão Europeia então em funções (liderada por Jean-Claude Juncker), que desaconselhava a assunção de novos compromissos, até porque já estava a braços com outra missão de segurança marítima problemática – a operação SOPHIA no Mar Mediterrâneo – cuja continuidade não merecia a concordância de alguns Estados-Membros, como a Itália, devido ao desafio social e político de acolhimento de migrantes irregulares. O distanciamento face à estratégia norte-americana relativamente ao acordo nuclear com o Irão também terá, certamente, contribuído para evitar um empenhamento naval da UE naquela região.

Com a UE à margem de qualquer abordagem militar, privilegiando a diplomacia pura, as reticências da maioria dos Estados-Membros em se associarem à confrontação entre os EUA e o Irão terão determinado a sua postura estratégica, nomeadamente quanto à preferência em integrarem uma iniciativa de segurança marítima de liderança europeia, totalmente independente da americana. Foi nesse contexto que, após a renúncia do Reino Unido (que se associou à operação SENTINEL), a França tomou a dianteira e conseguiu o apoio político de Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Grécia, Itália, Países Baixos e Portugal, para, em conjunto, lançarem, a 20 de janeiro de 2020, a *European-led Maritime Situation Awareness in the Strait of Hormuz*. Esta iniciativa deu lugar à operação AGENOR, iniciada em 25 de fevereiro de 2020, em que participam navios e aeronaves de patrulhamento marítimo de França, Dinamarca e Países Baixos.

## A POSTURA ESTRATÉGICA DE PORTUGAL

Ao longo desta crise, Portugal manteve-se alinhado com as posições políticas da UE relativamente à importância de manter o acordo nuclear com o Irão e de envidar todos os esforços para reduzir as tensões, assim se justificando a opção nacional pelo apoio político à iniciativa europeia em detrimento da americana.

Salienta-se que Portugal detém interesses estratégicos na região, porquanto cerca de 17% dos hidrocarbonetos consumidos pelo país passam pelo Estreito de Ormuz, a que acresce o facto de por ali transitarem diariamente cerca de uma dezena de navios de bandeira portuguesa. Por estes motivos e tendo em consideração a total dependência nacional do transporte marítimo para a importação de petróleo, não seria possível ficar alheio a uma situação com graves implicações para a segurança da navegação, ainda que numa área bastante distante do território nacional.

Todavia, não obstante o apoio político à iniciativa europeia, Portugal ainda não se comprometeu com o empenhamento de meios operacionais, o que se pode dever a diversos fatores, nomeadamente de ordem orçamental e política. Efetivamente, qualquer nova missão tem sempre de ser ponderada tendo em consideração os restantes compromissos internacionais já assumidos pelo país, designadamente perante a UE e a NATO. A este propósito e no âmbito naval, salienta-se que, desde final de 2019, Portugal assegurou, por três vezes, o comando da Força Naval da UE empenhada na operação ATALANTA, com *staff* embarcado a bordo de um navio da Marinha Espanhola. Além disso, a Marinha Portuguesa assegurou o comando do *Standing NATO Maritime Group 1*, durante o segundo semestre de 2020, com a fragata *Corte-Real* como navio-almirante.

É certo que a participação na operação AGENOR ganharia outra prioridade para Portugal caso essa operação se inserisse no quadro da UE, mas não tem sido essa a opção dos europeus, nem se vislumbra que possa vir a ser, a menos que a França (agora sem o Reino Unido na UE) viesse a forçar essa transição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a eleição de Joe Biden e o restabelecimento de negociações (indiretas) entre os EUA e o Irão, para um eventual regresso dos americanos ao acordo de 2015 (*Joint Comprehensive Plan Of Action*), entreabriram-se novas perspetivas para a crise no Estreito de Ormuz, apesar do aparente impasse negocial.

Relativamente ao domínio marítimo, a situação no Estreito de Ormuz afeta gravemente a liberdade de navegação, com impacto na segurança energética e, em termos mais latos, na própria segurança regional e global. Contudo, o diferente posicionamento político de alguns dos subscritores do acordo nuclear com o Irão e o receio de um efeito contraprodutivo na escalada das tensões inviabilizaram o envolvimento operacional por parte das organizações internacionais habitualmente mais empenhadas na área da segurança e defesa: ONU, NATO e UE. Isso levou ao estabelecimento de duas iniciativas multinacionais autónomas, mas compatíveis e complementares, uma lançada pelos EUA (*International Maritime Security Construct* – operação SENTINEL) e outra sob liderança europeia (*European-led Maritime Situation Awareness in the Strait of Hormuz* – operação AGENOR). A recente tensão diplomática entre Paris e Washington, pelo facto de a Austrália ter cancelado a encomenda de 12 submarinos convencionais franceses, substituindo-a por um acordo para a aquisição de 8 submarinos nucleares, não irá certamente ajudar a uma aproximação entre essas duas iniciativas no domínio da segurança marítima.



Maritime Patrol Aircraft francês em patrulha no âmbito da operação AGENOR.

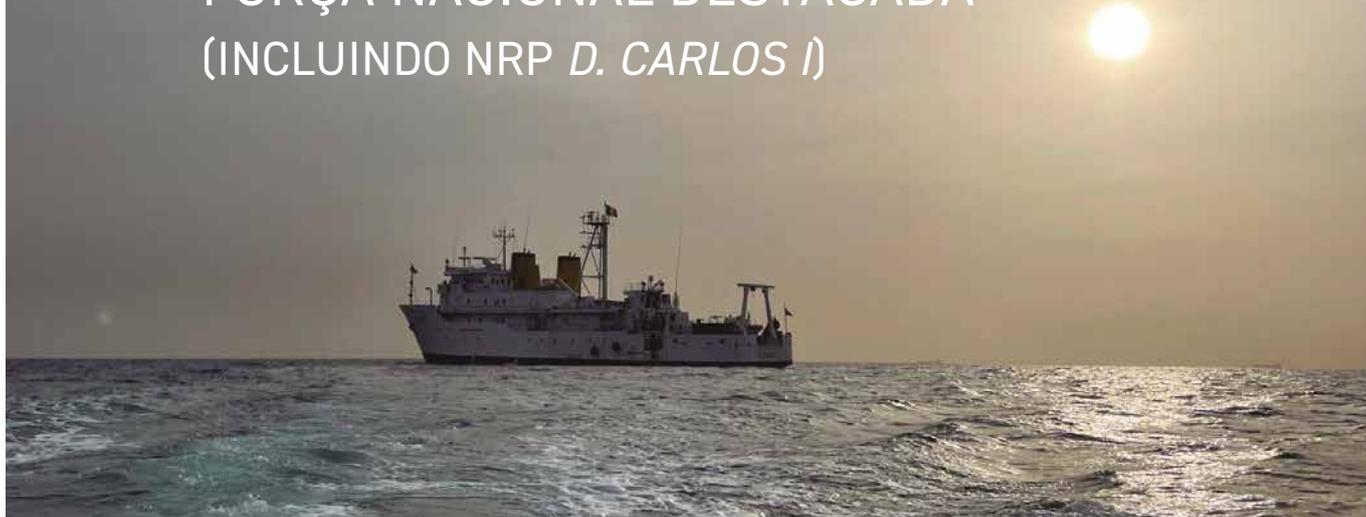


**Sardinha Monteiro**  
COM  
**Silva Pinto**  
CMG  
**Rodrigues Pedra**  
CFR



# INICIATIVA MAR ABERTO 21.2

## FORÇA NACIONAL DESTACADA (INCLUINDO NRP *D. CARLOS I*)



A Iniciativa Mar Aberto (IMA) visa contribuir para a segurança cooperativa da comunidade internacional na costa ocidental africana, a obtenção de conhecimento situacional marítimo, o desenvolvimento científico e a satisfação dos compromissos assumidos por Portugal com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e com a União Europeia, no âmbito do Projeto-piloto das Presenças Marítimas Coordenadas.

### MISSÃO



A Força Nacional Destacada (FND) para a missão Iniciativa Mar Aberto 21.2 (IMA 21.2) comandada pelo CMG Ferreira Moreira (CTU 477.03.01 ou, simplesmente, CTU), foi constituída pelo NRP *D. Carlos I* (TE 477.03.01.01), pela equipa de segurança (TE 477.03.01.02) composta por elementos do pelotão de abordagem do Corpo de Fuzileiros, por um binómio de mergulhadores do Destacamento de Mergulhadores Sapadores N.º 2, por um Médico Naval do Centro de Medicina Naval e por uma praça TFD. Ou seja, o NRP *D. Carlos I*, navio hidro-oceanográfico oceânico da Marinha Portuguesa, largou da Base Naval de Lisboa (BNL) no dia 18 de outubro de 2021 com 52 militares embarcados (guarnição incluída).

A missão, de 90 dias, levou a FND até três países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe. A missão da FND incluiu ainda a participação nacional no Projeto-piloto da União Europeia das Presenças Marítimas Coordenadas (PMC) no Golfo da Guiné (GdG).

A IMA 21.2 assumiu um cariz científico inédito, assente numa campanha multidisciplinar hidro-oceanográfica, de cooperação estreita com as entidades dos países visitados, com responsabilidade nas Ciências do Mar e da Atmosfera.

No âmbito da Cooperação no Domínio da Defesa (CDD), as tarefas incidiram em ações de treino conjunto com as Marinhas e Guardas Costeiras dos países visitados.

### CABO VERDE – ILHA DE S. VICENTE – MINDELO I

A primeira escala da FND IMA 21.2 foi no Porto Grande da cidade do Mindelo, na ilha de S. Vicente. Logo após a atracação, a 28 de outubro, começou-se a preparar o programa de observações multidisciplinares a desenvolver no arquipélago de Cabo Verde.

No Mindelo embarcou uma equipa técnica de doze cientistas – oito do Instituto Hidrográfico (IH), um do Centro para a Pesquisa do Oceano *Helmholtz* da Alemanha (GEOMAR), dois do Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar da Universidade Técnica do Atlântico de Cabo Verde (ISECMAR-UTA) e um oficial especializado em hidrografia da Guarda Costeira de Cabo Verde.

Foi ainda projetada para a ilha de São Vicente uma equipa multidisciplinar com valências nas áreas técnicas e de segurança, constituída por um Engenheiro Naval e por um sargento e cinco praças da equipa de segurança, que, no âmbito da CDD, prestou apoio à Guarda Costeira de Cabo Verde. Esta equipa participou no exercício *COSTEIREX-21* da Guarda Costeira de Cabo Verde, desenvolvendo ações de apoio ao cenário e participando no processo de avaliação das ações de abordagem dos fuzileiros cabo-verdianos.

No Mindelo, logo após a chegada, o CTU e o Comte do navio, CFR Pires Barroqueiro, apresentaram cumprimentos protocolares ao Comandante da Guarda Costeira de Cabo Verde, ao Comandante da 1.ª Região Militar e ao Presidente da Câmara de São Vicente.

### CABO VERDE – ILHA DE SANTIAGO - PRAIA

Largando de S. Vicente a 30 de outubro, deu-se início à campanha científica, interrompida para a segunda escala da missão, no porto da cidade da Praia. Na ilha de Santiago estão sedeados muitos dos serviços ministeriais. Por se estar na capital, foi possível divulgar as atividades inerentes à IMA 21.2 na apresentação do projeto *SWAIMS* (*Support To West Africa Integrated Maritime Security*) a membros do governo de Cabo Verde. A escala coincidiu com a data da celebração do Dia da Defesa de Cabo Verde.

No dia 5 de novembro, o CTU, acompanhado pelo Comte. do navio e pelos responsáveis técnicos do programa de observações multidisciplinares, Eng.ª Carla Palma e Dr. João Vitorino, ambos investigadores do IH, apresentou no auditório do Instituto

Camões, junto à Embaixada de Portugal, o conceito operacional da FND IMA 21.2, as características e capacidades do navio e as atividades científicas desenvolvidas no arquipélago de Cabo Verde. A apresentação do Projeto SWAIMS ficou a cargo do Coordenador Geral da Unidade de Implementação do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua –, COM Rodrigues Campos, acompanhado pelo CMG Rodeia Ribeiro.

No dia 6 de novembro, Dia da Defesa de Cabo Verde, o CTU e o Comte. do navio marcaram presença no desfile militar que teve lugar na praça do *Plateau*, cerimónia presidida pelo Primeiro-ministro de Cabo Verde e que contou com a presença do MDN de Portugal, Prof. Dr. João Cravinho. Nesse mesmo dia, o navio recebeu a visita do MDN de Portugal e da sua homóloga de Cabo Verde, Dra. Janine Lélis; na ocasião, foram apresentadas as capacidades operacionais e científicas do NRP *D. Carlos I*, bem como o projeto da campanha de observações multidisciplinares. No final do dia, um grupo de 15 crianças visitou o navio, tendo-lhes sido dado a conhecer as valências e missões nas quais a plataforma poderá ser empenhada.

## CABO VERDE – ILHA DE S. VICENTE – MINDELO II

Após largar da Praia, retomaram-se os trabalhos científicos, com mais nove dias de campanha no arquipélago, i.e., até se atracar de novo no Porto Grande, a 15 de novembro.

Os trabalhos científicos desenvolvidos no mar de Cabo Verde resultaram de uma cooperação entre o IH, o Instituto do Mar de Cabo Verde (IMAR), o ISECMAR-UTA e o GEOMAR. Na campanha oceanográfica prevaleceram:

- As observações de parâmetros físicos, biogeoquímicos e biológicos, entre a superfície do mar e profundidades até 1500 metros; e

- A monitorização da presença de microplásticos nas águas ao largo do arquipélago.

Em localizações predefinidas pelas entidades cooperantes, foram lançados ao mar:

- Quatro flutuadores derivantes, que acompanharão as correntes marítimas de superfície; e

- Um *wave glider* do GEOMAR. Trata-se de um veículo autónomo de superfície, com propulsão adquirida através da energia das ondas, com capacidade para medir, em tempo real, vários parâmetros oceanográficos e biogeoquímicos. Prevê-se que se mantenha em operação autónoma, nas águas arquipelágicas, durante três meses.

Nesta segunda passagem pelo Mindelo, foi possível reforçar as atividades de CDD, com a realização de:

- Uma palestra de emergência médica a elementos do NP *Guardião*, da Guarda Costeira de Cabo Verde;

- Operações de mergulho conjunto às obras vivas do NRP *D. Carlos I* e do NP *Guardião*; e

- Um exercício de VBSS/CQB (*Visit Board Search and Seizure/Close Quarter Battle*).

Foi, ainda, prestado apoio técnico nas áreas de Mecânica, Limitação de Avarias, Eletricidade e Eletrónica ao NP *Guardião* e a duas embarcações SAR da Guarda Costeira.

Já rumo a Luanda, foi fundeada uma boia ondógrafo na costa sul da ilha de São Vicente, nas proximidades da região de São Sebastião, que disponibilizará, em tempo real, medições da agitação marítima ao largo da costa.

## ANGOLA - LUANDA

Já com nove dias de trânsito rumo a Angola, a FND IMA 21.2 cruzou a linha do Equador pelas 12:55h (fuso ZULU) do dia 28 de novembro de 2021. Cumpriram-se as tradições navais aquando da receção a bordo de Sua Majestade, o Rei dos Mares.

Ao fim de 17 dias de mar, o navio atracou em Luanda a 6 de dezembro. A visita a este porto constituiu um marco histórico para a classe de navios hidrográficos *D. Carlos I*, já que foi a primeira vez que um navio desta classe navegou tão a sul do Equador e tão a leste do meridiano de Greenwich.

Em Angola esperavam o navio dois tipos de tarefas:

- Levantamentos hidrográficos; e

- Ações de treino conjunto com a Marinha de Guerra de Angola (MGA).

Logo após a chegada, a embarcação de sondagem *Mergulhão* do IH, transportada a bordo do NRP *D. Carlos I*, foi empenhada na realização do levantamento hidrográfico da baía de Luanda. A par e em complemento deste levantamento, o navio efetuou sondagem hidrográfica da aproximação e aterragem ao porto de Luanda, no período de 10 a 14 de dezembro, contribuindo, assim, para a atualização da cartografia náutica deste porto.

A realização deste levantamento topo-hidrográfico – uma ação, por parte da Brigada Hidrográfica do IH, de cooperação técnica e científica com o Instituto Nacional de Hidrografia e de Sinalização Marítima de Angola (IHSMA) – revestiu-se de particular importância para a segurança marítima, uma vez que a carta náutica do Porto de Luanda, editada em 1971, não sofreu qualquer atualização em mais de meio século.

No dia 7 de dezembro, aquando da visita protocolar a bordo do Embaixador de Portugal, evento que foi alvo de uma reportagem pela Agência Lusa e pela RTP, foi realizada uma conferência de imprensa, tendo como intervenientes o Embaixador e o CTU.



Manobra de arriar Amostrador do tipo Rosette para monitorização da qualidade da água

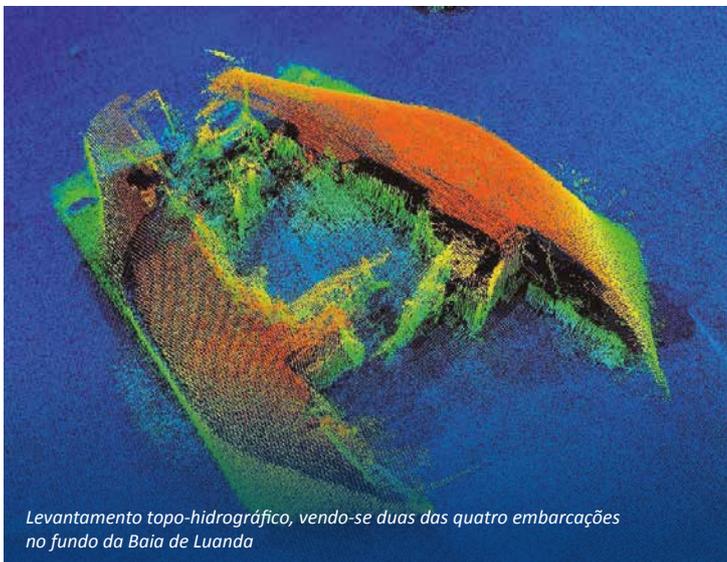


Arriar da embarcação de sondagem Mergulhão na Baía de Luanda

No dia 9 de dezembro celebrou-se o 25.º aniversário do NRP *D. Carlos I*. A efeméride foi assinalada com um almoço servido a bordo, que contou com a presença do Diretor-Geral e do Diretor Técnico do IH, respetivamente CALM Ventura Soares e CMG Bessa Pacheco, ambos em visita protocolar a Luanda.

No âmbito da CDD, as atividades contemplaram:

- A visita ao navio por parte de um grupo de cadetes da Academia Naval de Angola;
- Um exercício de combate a um incêndio no exterior do navio, com a participação de militares da MGA; e



Levantamento topo-hidrográfico, vendo-se duas das quatro embarcações no fundo da Baía de Luanda

– Uma palestra teórico-prática de CQB, ministrada pela equipa de abordagem da FND IMA 21.2 a uma equipa de fuzileiros da MGA.

Durante a estadia no porto de Luanda, o CTU e o Comte. do navio apresentaram cumprimentos protocolares ao Diretor de Política de Defesa Nacional de Angola, ao Comandante da Base Naval de Luanda e ao Capitão do Porto de Luanda.

## S. TOMÉ E PRÍNCIPE – ILHA DE S. TOMÉ – BAÍA ANA CHAVES

Concluídas as atividades em Luanda, o navio iniciou o trânsito para o arquipélago de São Tomé e Príncipe. No dia 14 de dezembro foi fundeada, à saída do porto de Luanda, uma boia ondógrafo, a qual tem como propósito disponibilizar, em tempo real, medições da agitação marítima.

O navio fundeou na Baía de Ana Chaves no dia 19 de dezembro, e aí permaneceu até ao Natal. Nesse mesmo dia, uma comitiva representativa da FND IMA 21.2 participou num encontro com o Primeiro-ministro de Portugal, Dr. António Costa, que efetuava uma visita natalícia a algumas FND em África. Seguiu-se um jantar de convívio oferecido pelo CEMGFA, ALM Silva Ribeiro, que contou com as presenças do Primeiro-ministro, do MDN, do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Embaixador de Portugal.

Em S. Tomé, as atividades desenvolvidas, no âmbito da CDD, contemplaram ações de formação teórico-práticas para o pelotão de abordagem santomense, a bordo do NRP *D. Carlos I*, ministradas pela equipa de segurança da FND IMA 21.2.

Além dos cumprimentos protocolares e do almoço a bordo oferecido pelo CTU a altas entidades de São Tomé e Príncipe, há a referir:

- Uma visita ao Centro de Saúde Militar; e
- A entrega de medicamentos de primeira prioridade ao Centro Social *Mãe Clara*, do Projeto Integrado de Lembá, sob responsabilidade da Irmã Lúcia Cândido, da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitalares da Imaculada Conceição.
- O desembarque de cerca de oito toneladas de material solidário e de apoio logístico, destinado a ser entregue pela Embaixada de Portugal a organizações não-governamentais que trabalham diretamente com a população santomense, tais como a *CARITAS*, a *HELPO*, a *Semente*, e o projeto *DIMIX*.

Aproveitando a época festiva, a FND celebrou a consoada com os elementos do NRP *Zaire*. O jantar conjunto de Natal foi realizado a bordo do NRP *D. Carlos I*, possibilitando um são



Desembarque de material solidário e de apoio logístico em S. Tomé

convívio tão longe de Portugal. Mas, através de uma iniciativa da Direção de Apoio Social nesta época natalícia, a distância aos entes queridos foi vencida – os militares assistiram a um vídeo realizado pelas famílias daquelas duas guarnições, a desejá-lhes as Boas Festas. Esta iniciativa inédita foi calorosamente recebida e valorizada por todos.



Entrega de cresta ao Embaixador de Portugal no Senegal

## SENEGAL - DAKAR

Logo após a largada de S. Tomé e no âmbito do Protocolo de Intercâmbio e Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Meteorologia de São Tomé e Príncipe e o IH – celebrado a bordo do NRP *D. Carlos I* – “incidindo nos domínios da Hidrografia, da Oceanografia e da Segurança Marítima”, foi fundeada uma boia ondógrafo na Baía de Ana Chaves, a uma distância de duas milhas náuticas a norte de São Sebastião. Tal como as duas boias ondógrafo anteriormente fundeadas em Cabo Verde e Angola, os dados adquiridos irão contribuir para o desenvolvimento das capacidades de previsão meteo-oceanográfica do arquipélago.

Deixando para trás o GdG, o navio iniciou um trânsito de 13 dias até ao Senegal, tendo fundeado na Rade de Dakar em 6 de janeiro. Foi, assim, possível participar na Conferência

*Dakar Ocean Talk*, integrada no ciclo de encontros *Dakar Talks*, organizado pela Embaixada de Portugal. À semelhança do que foi efetuado na Cidade da Praia, o CTU proferiu uma palestra na qual deu conta das atividades realizadas no âmbito da FND IMA 21.2 e apresentou o projeto SWAIMS.

O navio suspendeu no mesmo dia e rumou a Lisboa.

## CONCLUSÕES

No dia 15 de janeiro de 2022 a FND IMA 21.2 chegou à BNL. Para trás ficaram 90 dias de missão, durante a qual o NRP *D. Carlos I* percorreu 10.493 milhas náuticas em 1647 horas de navegação. 17 dos 90 dias foram passados atracados nos 5 portos visitados.

A FND IMA 21.2 efetuou: inúmeras atividades no âmbito da CDD; um programa de observações multidisciplinares no mar de Cabo Verde; o lançamento de 16 flutuadores derivantes ao longo de todo o percurso; o fundeamento de 3 boias ondógrafo; o levantamento hidrográfico da baía do porto de Luanda; a sondagem hidrográfica de 5109 milhas náuticas, cobrindo uma área de 82.573 km<sup>2</sup>; a recolha de amostras de sargaço no GdG; a recolha de filtros de microplásticos ao longo de todo o percurso; e o transporte logístico de 11 toneladas de material de Lisboa para todos os portos e fundeadouros praticados.

A situação pandémica vivida a nível mundial constituiu uma preocupação constante na FND IMA 21.2, tendo sido implementadas medidas contínuas de controlo e testagem, asseguradas pela equipa de saúde embarcada. Os resultados obtidos são demonstrativos do zelo e cautela de todos os elementos que integraram a FND IMA 21.2, na manutenção de um quadro de proteção constante e de respeito por todos quantos integraram a missão, não obstante um reduzido número de elementos terem sido contaminados em Dakar.

A FND termina, assim, a IMA 21.2, com sentimento de missão e dever cumprido.



Colaboração da FND IMA 21.2

PORTOS	LISBOA BNL	MINDELO CABO VERDE	PRAIA CABO VERDE	MINDELO CABO VERDE	LUANDA ANGOLA	LUANDA ANGOLA	ANA CHAVES S. TOMÉ	DAKAR SENEGAL	LISBOA BNL
CHEGADA	-	28 OUT 21	04 NOV 21	15 NOV 21	06 DEZ 21	14 DEZ 21	18 DEZ 21	06 JAN 21	15 JAN 21
PARTIDA	18 OUT 21	30 OUT 21	07 NOV 21	19 NOV 21	10 DEZ 21	14 DEZ 21	25 DEZ 21	06 JAN 21	-



Exercício de treino do Pelotão de Abordagem



Treino de tiro a navegar

# PROVAS DE MAR

## NRP *BARTOLOMEU DIAS*

No âmbito da Modernização de Meia-Vida (MLU) da fragata *Bartolomeu Dias*, foi realizado um programa de provas no mar (SAT<sup>1</sup>) no Mar do Norte, de 01 de setembro a 9 de outubro de 2021, com o objetivo de testar os vários sistemas modernizados e intervencionados durante o projeto. As provas foram conduzidas em estreita colaboração com o GP MLU<sup>2</sup> e a estrutura Neerlandesa (que contribuíram para a partilha de experiência e de conhecimento na operação dos novos sistemas), tendo contado com o apoio de diversos meios de superfície e aéreos. Abordam-se de seguida e de forma breve, as etapas das provas de mar e, concomitantemente, o programa de treino próprio realizado pela guarnição.

### SAT



As provas de mar, em três etapas consecutivas e interligadas, representaram o culminar de um projeto de elevado grau de integração e transversalidade técnica.

Na primeira etapa<sup>3</sup> decorreram os testes aos sistemas na área da plataforma – sistema propulsor e de governo. Para além da medição de vibrações (propulsão e geradores) e da calibração do odómetro, foram ainda efetuados os seguintes testes: ao *Integrated Platform Management System* (IPMS – um sistema de controlo e gestão da plataforma de última geração, da RH Marine); às turbinas a gás; à casa da máquina do leme; aos dois novos geradores de osmose inversa; aos dois novos grupos de ar condicionado/água refrigerada; ao novo compressor de ar de alta pressão; e ao sistema de descontaminação.

A segunda etapa<sup>4</sup> abrangeu as provas e testes aos novos sistemas e sensores:

- Das áreas do comando e controlo, incluindo: o sistema de combate (CMS GUARDION)<sup>5</sup>; o sistema de comunicações (ICCS6)<sup>6</sup>; os *Tactical Data Links* (TDL); e o sistema de comunicações militares por satélite, de nova geração.

- Da área do reconhecimento e vigilância, incluindo: os eletro-óticos (GATEKEEPER e DCOMPASS); e o *Identification Friendly or Foe* (IFF) Mod 5 (que inclui o modo S).

A terceira etapa<sup>7</sup> focou-se na verificação dos sistemas de armas e incluiu:

- Diversas séries com a OTO MELARA (76mm) e a GOALKEEPER (30mm)<sup>8</sup>, incluindo tiro de calibração, tiro de superfície e tiro anti-aéreo contra alvos rebocados.

- O sistema de engodos e contramedidas<sup>9</sup>.

- Tiro com as armas ligeiras – a *Browning* de 12.7mm e a MG3 de 7.62mm – permitindo testar os novos pontos de apoio e a proteção balística instalada no exterior do navio.



### TREINO PRÓPRIO

Em paralelo com as provas de mar, o navio procurou consolidar os processos e as rotinas de bordo.

Desde o início de 2021 que vinha sendo aprofundado o treino próprio. Como preparação do navio para as provas de mar e contando com a colaboração da EACITAN<sup>10</sup>, realizou-se um Plano de Treino Específico recorrendo a certas infraestruturas de treino da Base Naval de *Den Helder* (como o simulador de navegação e a estrutura de limitação de avarias).

No mar, o navio realizou séries de exercícios de homem ao mar, avaria no leme, postos de contagem rápida, emergência médica, limitação de avarias, marinaria, navegação em águas restritas (diurna, noturna e visibilidade reduzida) e navegação costeira.

Terminado com sucesso o programa de provas de mar, que contabilizou cerca de 500 horas de navegação e 3.200 milhas náuticas percorridas, e aferida a proficiência das várias equipas nos processos e rotinas de bordo, foi notório o entusiasmo e a satisfação da guarnição em fazer regressar de novo o NRP *Bartolomeu Dias* às suas missões, servindo Portugal no mar.



Colaboração do **COMANDO DO NRP BARTOLOMEU DIAS**

#### Notas

<sup>1</sup> Acrónimo para *Sea Acceptance Trials*.

<sup>2</sup> Grupo Projeto *Mid Life Upgrade*.

<sup>3</sup> Entre 1 e 10 de setembro.

<sup>4</sup> Entre 13 e 17 de setembro.

<sup>5</sup> *Combat Management System*.

<sup>6</sup> *Integrated Communications Control System 6*.

<sup>7</sup> Entre 20 e 24 de setembro e 8-9 de outubro.

<sup>8</sup> A extensa modernização da GOALKEEPER permite-lhe responder com maior eficácia às atuais ameaças aéreas e assimétricas.

<sup>9</sup> *Super Rapid Bloom Offboard Chaff (SRBOC)*.

<sup>10</sup> Equipa de Avaliação do Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval.



## EVIDÊNCIAS DA TASK FORCE - I

### REQUISITOS BÁSICOS DO PLANEAMENTO NA GESTÃO

A actividade do “núcleo de apoio” ao coordenador da *Task Force*, para a elaboração e implementação do plano de vacinação contra a Covid-19 em Portugal, evidenciou os requisitos básicos do planeamento na gestão.

A gestão tem como funções a liderança/direcção, o planeamento, a organização e o controlo dos processos e esforços efetuados por pessoas, dentro da estrutura das organizações, para que, aos diferentes níveis de decisão e acção, se alcancem eficazmente os objectivos, utilizando eficientemente recursos escassos em conjunturas mais ou menos mutantes.

Sobre as quatro funções da gestão antes referidas muito se falou, com toda a justiça, da competente liderança/direcção do Almirante Gouveia e Melo.

Por isso, vamos focar-nos na essencialidade do planeamento como função da gestão para: perspectivar os ambientes externo e interno das organizações; definir os seus objectivos; formular as estratégias para os alcançar; elaborar os planos de acção para operacionalizar essas estratégias; e supervisionar o ciclo de controlo regulador.

Ciente das exigências da sua missão de coordenação operacional, logística e comunicacional do processo de vacinação, e tendo desempenhado vários cargos de elevada responsabilidade, o Almirante Gouveia e Melo sabia que, no exercício do cargo de gestor de topo da *Task Force*, isto é, de uma organização, com duração limitada e destinada a responder a uma crise complexa, teria de: avaliar o contexto e os desafios do processo de vacinação; fixar e hierarquizar objectivos; escolher a estratégia a seguir; validar os planos de acção; atribuir recursos; e fixar o controlo regulador.

No cumprimento destas tarefas, para que as suas decisões fossem estudadas, atempadas e eficazes, prevendo e explorando factores que pudessem ter impacto, positivo ou negativo, na consecução dos objectivos do plano de vacinação, necessitava do apoio de planeamento estruturado e realizado por uma equipa diversificada de especialistas, em tudo semelhante a um estado-maior de um comandante militar.

Nesta equipa de planeamento, designada por “núcleo de apoio”, foram integrados cerca de 30 militares e civis das Forças Armadas, com conhecimentos multidisciplinares sobre o comportamento humano, os processos de planeamento, os métodos de análise qualitativa e quantitativa, as ciências da administração e a gestão de crises. Alguns elementos possuíam também competências colaborativas, que se revelaram essenciais no estabelecimento de ligações com as entidades envolvidas no processo de vacinação.

Neste contexto, importa notar que, para promover a excelente colaboração entre todos os intervenientes, foi determinante a atitude positiva dos membros do Ministério da Saúde e dos centros de vacinação, bem como dos profissionais de saúde que, percebendo a utilidade do trabalho de coordenação operacional, logística e comunicacional da *Task Force*, consentiram a liderança/direcção do Almirante Gouveia e Melo e a permanente interacção com o pessoal do “núcleo de apoio”, num processo complexo e multi-departamental, onde todos fizeram o que era necessário.

Maioritariamente, os militares do “núcleo de apoio” ao coordenador da *Task Force* foram provenientes dos órgãos de comando e de estado-maior da Força de Reacção Imediata de 2020, integrada no Comando Conjunto para as Operações Militares do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Por isso, dispunham do treino adequado para planear acções militares ou de resposta a emergências civis, em condições de pressão, incerteza e escassez de meios, tempo e informação, típicas das operações de intervenção rápida das Forças Armadas.

Concluindo, poderemos afirmar que a actividade do “núcleo de apoio” ao coordenador da *Task Force*, para a elaboração e implementação do “Plano de Vacinação contra a Covid-19 em Portugal”, mostra que a gestão requer planeamento estruturado e realizado por uma equipa diversificada de especialistas, dotados com conhecimentos multidisciplinares e competências colaborativas, bem como treinados para trabalhar em exigentes ambientes de tensão, resultantes da necessidade de obtenção de resultados num contexto de escassez de recursos.



António Silva Ribeiro  
Almirante



## EVIDÊNCIAS DA TASK FORCE - II

### TAREFAS FUNDAMENTAIS DOS PLANEADORES NO APOIO AO GESTOR

A actividade do “núcleo de apoio” ao coordenador da *Task Force*, para a elaboração e implementação do “Plano de vacinação contra a Covid-19 em Portugal”, evidenciou as tarefas fundamentais dos planeadores no apoio ao gestor.

No trabalho de coordenação operacional, logística e comunicacional da *Task Force*, a previsão das tendências de evolução da conjuntura e o estabelecimento de cenários possíveis tiveram sempre associados muita subjetividade, resultante de vários factores. O Almirante Gouveia e Melo identificou que os principais foram: a estruturação da capacidade supletiva de vacinação em massa; o agendamento e a convocatória de pessoas para a vacinação contínua e ordenada; a obtenção de vacinas para alimentar, com fluidez, o processo de vacinação.

A incerteza provocada no processo de vacinação por estes três factores, foi minimizada pelo planeamento estruturado e realizado por uma equipa de especialistas do “núcleo de apoio”, que construíram cenários externos e internos, para os quais perspetivaram as potencialidades a empregar e as fraquezas a colmatar, tendo em vista superar os problemas e explorar as oportunidades no caminho para a imunização dos diferentes grupos etários. Desta forma, apoiaram o coordenador da *Task Force* na avaliação do contexto e dos desafios do processo de vacinação e na definição dos seus objectivos, tendo em vista minimizar os danos sociais e económicos da pandemia.

Depois do Almirante Gouveia e Melo ter fixado e hierarquizado, por ordem de importância, os objectivos a alcançar no processo de vacinação, os planeadores do “núcleo de apoio” formularam diversas estratégias adequadas, exequíveis e aceitáveis para gerar os efeitos pretendidos. Em seguida, o coordenador da *Task Force* escolheu, entre as estratégias formuladas, aquela que reputou como sendo a melhor, face aos recursos disponíveis e latentes, ao tempo admissível e às circunstâncias existentes, bem como aos riscos e custos inerentes à sua implementação.

Logo que o Almirante Gouveia e Melo tomou a decisão sobre a estratégia a seguir no processo de vacinação, coube aos planeadores do “núcleo de apoio” conceber a sua operacionalização, através da pormenorização dos procedimentos consagrados em planos de acção que, depois de validados e atribuídos recursos pelo coordenador da *Task Force*, deram origem a uma agenda de actividades, sequenciais e devidamente orquestradas, a realizar pelos órgãos do Ministério da Saúde e pelos centros de vacinação, por forma a produzirem o conjunto dos efeitos desejados num determinado momento futuro.

O mérito da decisão do Almirante Gouveia e Melo sobre a escolha da estratégia a seguir no processo de vacinação, só pôde ser medido depois de iniciada a sua implementação, não esquecendo que, na maior parte das vezes, se tornou necessário tempo para que se produzissem efeitos. Por isso, as tarefas dos planeadores do “núcleo de apoio” não terminaram com a concepção da sua operacionalização estratégica. Com efeito, também verificaram se os objectivos foram atingidos com os meios previstos e, quando necessário, propuseram a aplicação de medidas correctivas aos planos de acção da vacinação, implementadas através de um controlo regulador de resultados, fixado pelo coordenador da *Task Force* que, com base em indicadores adequados e mensuráveis, comparou, para cada objectivo, o grau de realização num dado momento com o grau estimado e, em função dos desvios, introduziu as correcções necessárias ao processo de vacinação.

Ao controlo regulador tanto interessam os meios como os fins. Por isso, quando os planos de acção da vacinação foram postos em execução, os planeadores do “núcleo de apoio” supervisionaram o funcionamento de um ciclo de controlo, destinado a torná-los mais seguros, convenientes e económicos possível. Este ciclo está ligado à noção de retroacção que, várias vezes, provocou a elaboração de novos planos de acção da vacinação ou, pelo menos, de ajustamentos nos existentes, garantindo, assim, a sua permanente adaptabilidade à dinâmica das circunstâncias externas e internas da actividade da *Task Force*. Para isso, foi essencial a criação de uma plataforma de “comando e controlo”, que a ligou aos mais de trezentos centros de vacinação, por onde circulou, de forma permanente, pronta e clara, a informação descendente e ascendente, essencial à tomada de decisão e à coordenação operacional, logística e comunicacional das actividades do processo de vacinação.

Concluindo, podemos afirmar que a actividade do “núcleo de apoio” ao coordenador da *Task Force* para a elaboração e implementação do “Plano de Vacinação contra a Covid-19 em Portugal”, indica que a construção de cenários externos e internos, a formulação e a operacionalização de estratégias, bem como a supervisão do ciclo de controlo regulador, são as quatro tarefas fundamentais dos planeadores no apoio ao gestor.



António Silva Ribeiro  
Almirante



## EVIDÊNCIAS DA TASK FORCE - III

### DIFERENÇAS ENTRE O PLANEAMENTO PONTUAL E CONTÍNUO NA GESTÃO

A actividade do “núcleo de apoio” ao coordenador da *Task Force*, para a elaboração e implementação do “Plano de Vacinação contra a Covid-19 em Portugal”, evidencia as diferenças entre as abordagens pontual e contínua do planeamento na gestão.

A equipa de planeadores das Forças Armadas, que integrou o “núcleo de apoio” da *Task Force*, iniciou a sua actividade quando o Almirante Gouveia e Melo assumiu funções de coordenador desta organização. O seu trabalho desenvolveu-se segundo um processo que contemplou a elaboração e implementação do plano de vacinação, a concepção da respetiva forma de gestão e o controlo das transformações que ocorreram em resultado das ações empreendidas. Terminou quando a vacinação pôde ser conduzida sem os requisitos de complexidade excepcional das acções massivas, contínuas e ordenadas.

Nas circunstâncias descritas, os contributos dos planeadores do “núcleo de apoio” ao coordenador da *Task Force* foram reactivos, pontuais, limitados e precisos. Para além disso, na acção como planeadores externos aos órgãos do Ministério da Saúde, aos centros de vacinação e aos profissionais de saúde, procuraram ser neutrais e objectivos no cumprimento das suas tarefas, mas tiveram de lidar com as dificuldades decorrentes de terem de aprender, de forma muito rápida, a estrutura, a cultura e os recursos das diferentes instituições onde o seu trabalho foi necessário.

Esta abordagem pontual ao planeamento na gestão, adoptada numa organização com duração limitada e destinada a responder a uma crise complexa, tem a vantagem de ser financeiramente pouco exigente, pois recorre a equipas de planeamento temporárias. Porém, tem a desvantagem de não criar cultura, procedimentos e experiência de planeamento nas entidades a quem é aplicada. Também é reducionista, em virtude dos problemas e das oportunidades decorrentes das situações fortuitas, como as que levaram à formulação e operacionalização do “Plano de Vacinação contra a Covid-19 em Portugal”, serem sempre resultantes de necessidades que se verificam no contexto de situações globais em constante evolução.

Em sentido oposto, a abordagem contínua ao planeamento tem enorme relevância para apoiar o gestor de uma organização permanentemente estabelecida, na construção sustentável de futuros mais auspiciosos e duradouros, encontrando as melhores formas de empregar as potencialidades, colmatar as fraquezas, superar os problemas e explorar as oportunidades decorrentes

das múltiplas circunstâncias que condicionam a materialização dos seus objectivos.

Importa, contudo, notar que a abordagem contínua ao planeamento na gestão de uma organização permanente e destinada a actuar em situações globais em constante evolução, tem a desvantagem de implicar um encargo fixo com as equipas próprias de planeamento. Porém, tem a vantagem de permitir um apoio muito eficaz ao gestor, na medida em que os contributos dos planeadores são proactivos, ininterruptos, amplos e abrangentes. Importa ainda notar que os planeadores internos podem ser mais tendenciosos e formais que os externos, mas conhecem melhor o funcionamento da organização onde trabalham.

Nestas circunstâncias, no âmbito da concepção e do dimensionamento de uma equipa de planeamento que sirva o gestor de uma organização, devemos interrogar-nos sobre se é preferível contratar equipas de planeamento temporárias e adoptar a abordagem pontual, que pode ser comparada a um jogo onde o propósito é ganhar numa só partida (situação acidental), ou se devemos privilegiar a abordagem contínua, com equipas próprias de planeamento, que se assemelha a um campeonato onde o intuito é permanecer a jogar, obtendo bons resultados em todas as situações que afectam permanentemente a organização.

Concluindo, podemos afirmar que a actividade do “núcleo de apoio” ao coordenador da *Task Force*, para a elaboração e implementação do “Plano de Vacinação contra a Covid-19 em Portugal”, evidencia que a abordagem pontual ao planeamento na gestão, adoptada numa organização com duração limitada, ajuda a vencer dificuldades imprevistas num ambiente de crise complexa. Porém, é a abordagem contínua ao planeamento na gestão de uma organização permanente, que permite construir, sustentadamente, quaisquer que sejam as circunstâncias do ambiente, futuros mais auspiciosos e duradouros.

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.



António Silva Ribeiro  
Almirante



# 50º ANIVERSÁRIO

## NRP ZAIRE

### ENQUADRAMENTO



O NRP *Zaire* foi construído nos Estaleiros Navais do Mondego, na Figueira da Foz, tendo sido aumentado ao efetivo dos navios da Armada em 22 de dezembro de 1971. É o sétimo num total de dez navios da classe “Cacine” e o único ainda no ativo.

Os navios patrulha da classe “Cacine”, originalmente projetados para servir nos territórios ultramarinos portugueses, foram construídos entre 1969 e 1973 no Arsenal do Alfeite e nos Estaleiros Navais do Mondego.

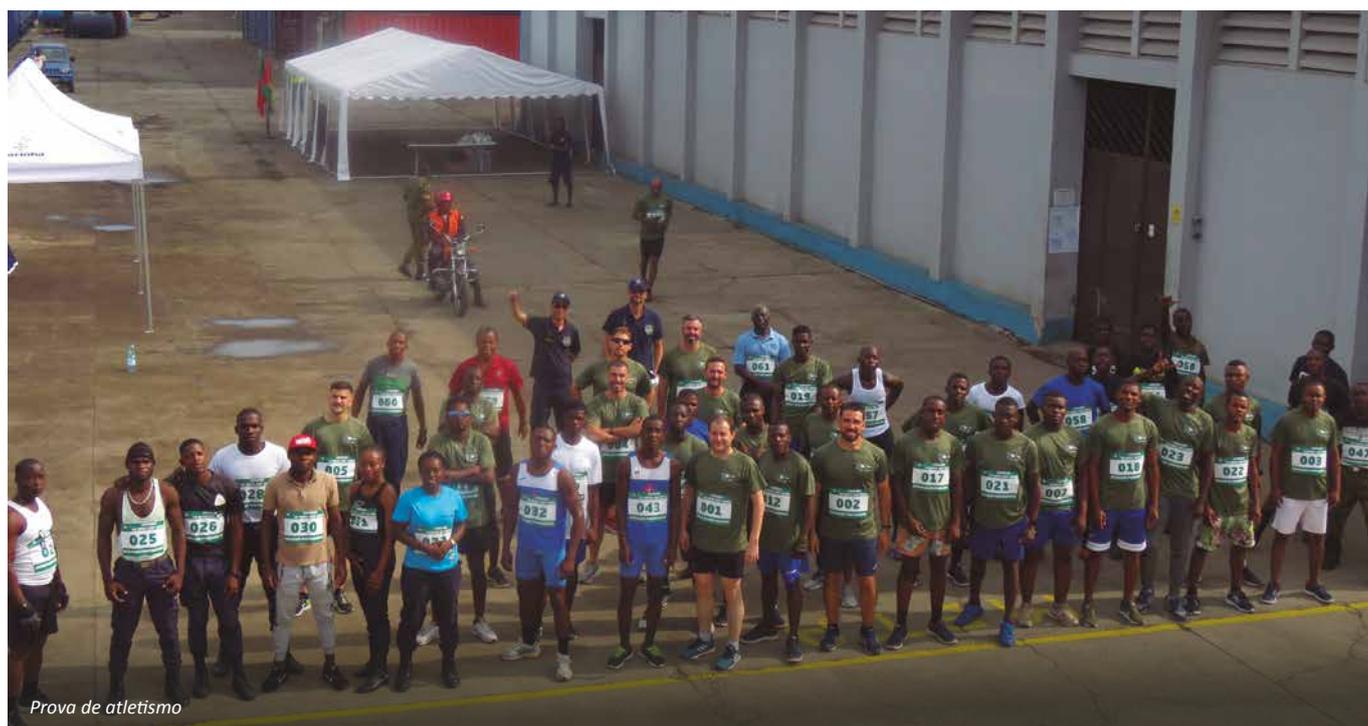
Até à independência desses territórios ultramarinos, os navios desta classe atuaram, sobretudo, em águas de Angola e Cabo Verde e nos rios da Guiné Portuguesa.

Depois de 1975 passaram a ser utilizados na patrulha e vigilância das águas sob jurisdição nacional, executando ações de busca e

salvamento, fiscalização marítima, combate à poluição no mar, representação naval e apoio às populações e organismos civis.

Sendo o NRP *Zaire* um navio outrora projetado para a patrulha costeira e fluvial do continente africano, a este regressou no dia 22 de janeiro de 2018, atracando no porto comercial de São Tomé. Tinha como missão a vigilância e fiscalização conjunta das águas sob jurisdição de São Tomé e Príncipe (STP) e a capacitação operacional marítima da Guarda Costeira deste país.

Eis, pois, que volvidos quase três anos desta missão em África, se celebraram, no passado dia 22 de dezembro de 2021, os 50 anos a servir Portugal no mar. Na sua presente missão – apoio à República Democrática de São Tomé e Príncipe – a ação do quinquagenário navio tem-se traduzido numa elevada notoriedade no panorama político, militar e mesmo social, pelos relevantes serviços que presta a este pequeno país africano, no quadro da cooperação bilateral existente.



Prova de atletismo

## COMEMORAÇÕES

Na semana do 50.º aniversário do NRP *Zaire* (19 a 24 de dezembro), realizou-se um conjunto de atividades por ocasião, cujo objetivo principal se consistiu na divulgação da imagem da Marinha, homenageando em simultâneo todos os militares que nela serviram e continuam a servir.

No dia 19 de dezembro, no período da manhã, decorreu uma prova de atletismo com a participação de militares da guarnição do NRP *Zaire* e das Forças Armadas de STP. Participaram, ainda, elementos da Polícia Nacional, da Direção das Pescas e da Empresa Nacional de Administração dos Portos, o que contribuiu para o lustre do evento.

Entre os dias 20 e 23 de dezembro teve lugar, no Centro Cultural Português, uma exposição coordenada pela Comissão Cultural de Marinha (CCM) que, além da divulgação de factos históricos sobre o navio, transmitiu igualmente, de forma genérica, os traços gerais das missões desenvolvidas pelo navio, assim como aspetos que se prendem com a organização de bordo.

No dia 22 decorreu a bordo uma cerimónia militar alusiva ao 50.º aniversário do navio, presidida pelo Coordenador da Missão de Fiscalização Conjunta e Capacitação Operacional Marítima da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, CMG Cavaleiro Ângelo, que incluiu a condecoração de militares da guarnição. Na sua alocução, o Comandante do NRP *Zaire*, 1TEN Miguel Vieira, após uma resenha histórica do navio e das suas missões, lembrou que tudo *“Isto deve-se a todos os militares que por cá passaram e cuidaram do navio, (...) a todos os militares e às suas famílias que em casa foram e são a nossa força”*, concluindo ainda que *“Portugal e a sua Marinha orgulham-se do sucesso que constituiu a aquisição e operação dos patrulhas da Classe “Cacine”, pelo que, hoje homenageamos todos os que permitiram a obtenção destes navios, todos os que ao longo destes 50 anos permitiram obter deles o maior rendimento e que levantaram bem alto o nome de Portugal e da sua Marinha”*.

O CMG Cavaleiro Ângelo encerrou a cerimónia, agradecendo a presença das entidades portuguesas e santomenses, nomeadamente o Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de STP, COR Olinto Paquete, em representação do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de STP, do Adido de Defesa junto à Embaixada de Portugal em STP, COR Paulo Cunha, do Comandante da Força Nacional Destacada para a Iniciativa Mar Aberto 21.2, CMG Ferreira Moreira e do Comandante do NRP *D. Carlos I*, CFR Pires Barroqueiro. Terminou a sua alocução, enaltecendo a ideia de que *“não é a idade que define um navio, mas sim a sua guarnição!”*

Ao longo dos seus 50 anos ao serviço da Marinha e de Portugal, o NRP *Zaire* tem desempenhado um leque diversificado de missões e tarefas. Atualmente, sob comando operacional do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, ALM Silva Ribeiro, efetua patrulha, vigilância e fiscalização conjunta das águas sob jurisdição da República Democrática de São Tomé e Príncipe, e coopera na Capacitação Operacional Marítima da Guarda Costeira de STP. Trata-se de um exemplo inequívoco da importância da cooperação bilateral entre Portugal e STP, contribuindo para o esforço internacional de manutenção da segurança marítima no Golfo da Guiné.



Exposição no Centro Cultural Português



Chegada de entidades a bordo do NRP Zaire



Condecoração de militares



Alocução do CMG Cavaleiro Ângelo



Colaboração do **COMANDO DO NRP ZAIRE**

# GUERRA NO PACÍFICO

## A BATALHA DAS SALOMÃO ORIENTAIS

### POSICIONAMENTO DE FORÇAS

Na sequência da batalha da Ilha de Savo e da perda dos principais navios de proteção, o VALM Richmond Kelly Turner viu-se forçado a retirar os seus navios da baía de Ironbottom, acabando por não desembarcar todos os mantimentos e munições de que os Marines tanto necessitavam. Por seu lado, o VALM Nabutake Kondo, comandante das Forças Navais Japonesas no Pacífico Sul, ao tomar conhecimento de que os americanos tinham concluído a construção do aeródromo e começavam a receber aviões em Guadalcanal, enviou uma força de porta-aviões com o intuito de proteger o comboio de tropas comandado pelo CALM Raizo Tanaka, que se dirigia para Guadalcanal. Aquela força, comandada pelo CALM Chuichi Nagumo, incluía os porta-aviões *Shokaku*, *Zuikaku* e *Ryujo*, dois couraçados e vários contratorpedeiros.

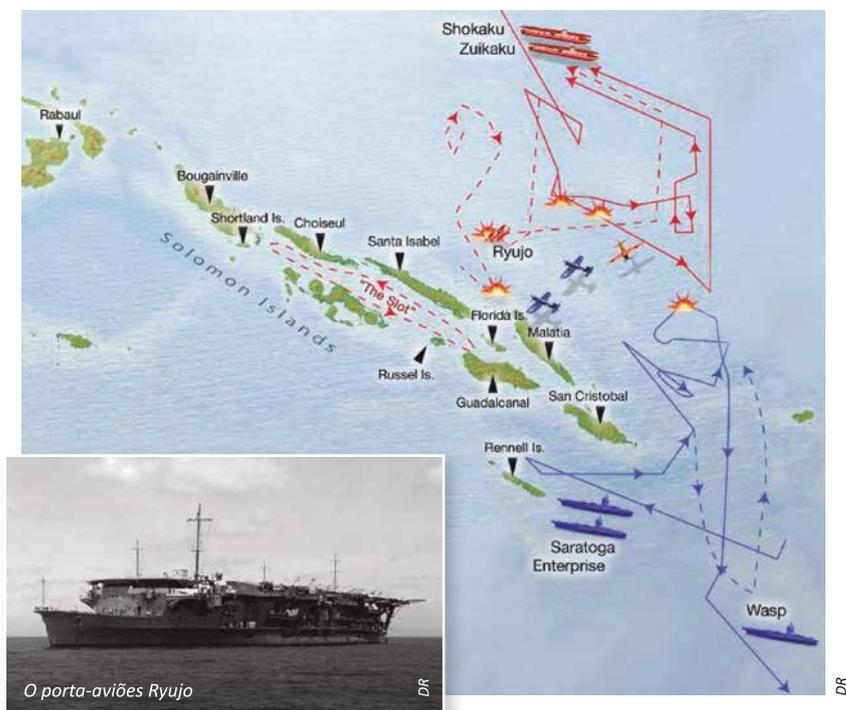
Na manhã do dia 23 de agosto, uma aeronave de patrulha, baseada nas ilhas de Santa Cruz, localizou os navios de Tanaka que rumavam a sul, na direção de Guadalcanal. Recebido o alerta, de imediato foram lançados aviões baseados em Guadalcanal e na TF 61, comandada pelo VALM Frank Jack Fletcher, que incluía os porta-aviões *Enterprise*, *Saratoga* e *Wasp*, com a missão de interceptar e atacar a força de desembarque de Tanaka. Contudo, as condições meteorológicas adversas e uma oportuna alteração do rumo da força anfíbia japonesa impediram a sua localização, inviabilizando assim o ataque.

Na tarde do dia 23, Fletcher, sem informações atualizadas sobre a localização dos navios inimigos e convencido de que um possível novo combate ainda levaria alguns dias para ocorrer, deu instruções para que o *Wasp* e os seus escoltas se dirigissem para sul, a fim de efetuar manobras de reabastecimento. Contudo, na manhã do dia 24, um avião de patrulha localizou o *Ryujo* a 280 milhas a noroeste da posição da TF 61. Fletcher, apesar de privado do *Wasp*, iria confrontar-se novamente com Nagumo, o seu opositor em Midway, mais cedo do que imaginava.

### TERCEIRO ENFRENTAMENTO DE PORTA-AVIÕES

Cerca de duas semanas após o confronto de 9 de agosto, a terceira grande batalha de porta-aviões estava prestes a acontecer. Americanos e japoneses estavam bem treinados nas novas técnicas e táticas de combate de porta-aviões, desde as complicadas e difíceis operações de busca, localização e identificação até ao ataque final dos alvos, passando pela engenhosa “coreografia” das operações de voo que incluíam o abastecimento de combustível, o rearmamento e o descolar no estreito e curto convés de voo. Quando os pilotos encontravam os alvos, o sucesso do ataque dependia tanto da sua eficácia individual como da eficácia dos pilotos dos caças de intercepção e das defesas anti-aéreas do inimigo.

As duas forças antagónicas entraram em contacto na manhã de 24 de agosto. Aviões do *Enterprise* e do *Saratoga* afundaram o *Ryujo* a meio da tarde. Enquanto isso, o *Shokaku* e o *Zuikaku* lançavam duas vagas de aviões para ataque ao *Enterprise* e ao *Saratoga*. Alertados pelos radares de busca aérea, os porta-aviões americanos e os seus escoltas, prepararam-se para o pior. Embora os caças americanos



tenham abatido numerosos aviões japoneses, alguns conseguiram penetrar a cobertura e atacar o *Enterprise*, provocando várias avarias que, no entanto, foram rapidamente controladas.

Enquanto se preparava para receber os atacantes japoneses, Fletcher conseguiu pôr no ar algumas esquadrilhas de bombardeiros e torpedeiros que, embora não tenham tido muito sucesso no ataque aos navios japoneses, ainda assim, puseram fora de combate o *Chitose*, navio Japonês de apoio a hidroaviões. No final do dia a TF 61 rumou para sul, ao encontro do *Wasp*, para reagrupar e reabastecer. Embora os japoneses tenham tentado perseguir os americanos para um eventual recontra noturno, tal não veio a acontecer, tendo o confronto, que ficou conhecido como batalha das Salomão Orientais, sido dado por concluído.

Nimitz diria, mais tarde, que as Forças Navais Americanas do Sul do Pacífico, apoiadas por aviões baseados em Henderson Field e aviões do Exército baseados na Ilha de Espírito Santo, tinham rechaçado uma operação japonesa de larga escala para recuperar Guadalcanal e Tulagui. De facto, embora as perdas de navios não tenham sido significativas, as perdas de aviões e tripulações fizeram pender o prato da balança para o lado dos americanos. Na realidade, enquanto estes perderam 21 aeronaves e 8 tripulações, os japoneses perderam 64 aviões e 62 tripulações.

A sucessiva perda de tripulações bem treinadas, iniciado na Batalha de Midway, foi mais um rude golpe para a operação eficaz dos porta-aviões Japoneses. Este desgaste, que se veio a aprofundar no último grande confronto entre porta-aviões ocorrido em 1942 – a batalha das Ilhas de Santa Cruz – teve um enorme impacto durante os meses seguintes de guerra, ao obrigar a Marinha Imperial Japonesa a manter nas bases os seus porta-aviões enquanto aguardava a formação de novas tripulações. Na realidade, a sua reparação aconteceu em meados de 1944, quando se deu o último e decisivo confronto entre porta-aviões, na chamada batalha do Mar das Filipinas.



# AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A INCERTEZA DO FUTURO

Na sequência da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26) fui convidado pela Revista da Armada para escrever um artigo sobre o impacto das alterações climáticas. A COP26 teve lugar em Glasgow e terminou em 13 de novembro, após duas semanas de negociações entre as Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC). Disse-se na altura que se registaram progressos significativos, no entanto, também logo foi dito que seriam necessários esforços suplementares nos próximos anos para se conseguir que o aquecimento global chegue ao final do século abaixo dos 2°C, com uma meta ideal de 1,5°C.

Com esta introdução podemos elencar várias questões, ora vejamos: Será que o Homem tem assim tanto poder sobre o clima? As alterações climáticas têm alguma relação com os conflitos e as guerras? A Europa pode fazer alguma coisa pelo clima? Que reflexo de tudo isto se manifestará em Portugal?

## QUAL O PODER DO HOMEM SOBRE O CLIMA?

Desde a formação do planeta Terra, há 4,6 mil milhões de anos, que existem ciclos de aquecimento e de arrefecimento do clima, estimando-se que a Terra já tenha vivido pelo menos 25 glaciações. Nos primeiros 900 mil anos do Quaternário as oscilações climáticas eram pouco intensas e aconteciam com intervalos de 41 mil anos. A partir daí essas alterações passaram a ser mais intensas e em períodos de 100 mil anos, com intervalos interglaciais de 10 mil anos, tendo a última terminado há cerca de 8 a 12 mil anos (as fontes divergem). Se extrapolarmos estes dados poderemos antever que uma nova era de glaciação está a aprontar-se.

Na verdade, como já tive a oportunidade de referir num artigo aqui publicado em maio de 2007, antes de um período glacial há um aquecimento do planeta que leva, entre outras coisas, ao enfraquecimento da corrente do golfo no norte do Atlântico. Nesta sequência, a certa altura, dá-se a inversão do ciclo de aquecimento e inicia-se o arrefecimento.

De acordo com um estudo publicado na revista Nature, a temperatura média da Terra no último período glacial era de 7.8°C, em contraste com a temperatura média da Terra no último século de 14°C. De realçar que nas latitudes mais altas (regiões polares) há mais sensibilidade às mudanças climáticas, há o chamado efeito de amplificação polar. Os modelos climáticos preveem que o clima aqueça mais rapidamente nas latitudes altas do que nas tropicais. De facto, no Verão passado, já se registaram temperaturas acima dos 40 graus acima do Círculo Polar Norte. O calor deve ter sido aí bem-vindo, mas os incêndios certamente que não.

Ao conhecermos a temperatura na Era do Gelo é possível estimar a sensibilidade climática, ou seja, quanto a temperatura global muda em resposta à concentração de carbono na atmosfera. Estima-se que para cada duplicação da concentração de carbono na atmosfera a temperatura global aumente 3.4°C, valor que se enquadra numa faixa consensual de 2 a 4.5°.

Durante o último período glacial a concentração de dióxido de carbono na atmosfera era de 180 partes por milhão, o que é um valor muito baixo. No início da Revolução Industrial os níveis subiram para 280 partes por milhão. Atualmente atingiram-se as 419 partes por milhão. É este crescimento anormal que é usado para justificar a marca do Homem no clima, num sistema que certamente já estaria em movimento.

A modelização climática desenvolvida pela Universidade da Califórnia, campus de Santa Bárbara, mostra que as emissões de gases com efeito de estufa tornaram a seca duas vezes mais provável do que teria sido com a flutuação natural.

## DIÓXIDO DE CARBONO (CO<sub>2</sub>), TEMPERATURA E NÍVEL DO MAR

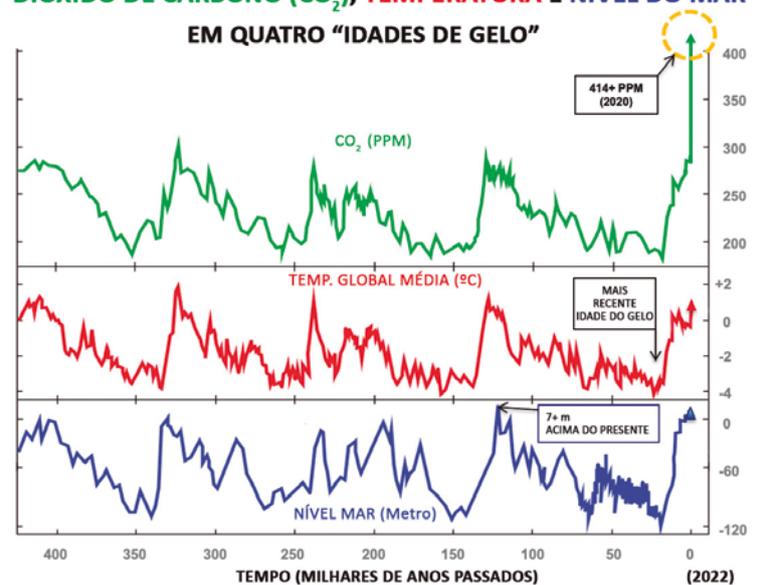


Figura 1 - Evolução da concentração de CO<sub>2</sub> nos últimos 400 mil anos.

Importa aqui referir que se pensa existirem outros fatores condicionadores do clima. Por exemplo, enquanto a Terra se move através do espaço, a nossa atmosfera é bombardeada constantemente por raios cósmicos. A água que evapora dos oceanos forma nuvens na atmosfera, estas encobrem a superfície da Terra da radiação solar e têm um efeito de arrefecimento. Quanto menos radiação cósmica alcançar a Terra menos nuvens serão formadas e o efeito da radiação do sol, que incide diretamente sobre a superfície do planeta, é o aquecimento.

As manchas solares são outra fonte de condicionamento do clima. Estas manchas têm ciclos de atividade de 11 anos e na Pequena Idade do Gelo (um período do século XIII ao XVII) houve uma fase em que as manchas solares quase desapareceram.

Assim, olhando na bola de cristal, é fácil adivinhar, por agora, um aumento constante da temperatura média global da Terra, a abertura do Ártico, a subida do nível do mar, acontecimentos climáticos mais frequentes e mais extremos, bem como a crescente escassez de água.

Um estudo divulgado<sup>1</sup> em 2019 prevê que, mesmo com cortes drásticos das emissões poluentes, a subida do nível das águas a partir de 2050 irá colocar em risco mais 250 milhões de pessoas que vivem no litoral. Esta subida, segundo o passado, não será de mais de 7m.

## AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS TÊM INFLUÊNCIA NO AUMENTO DA PROBABILIDADE DE CONFLITOS E GUERRAS?

O clima e a geografia explicam o onde e o porquê de muitos conflitos. Aos fatores climáticos, acima aludidos, junta-se a concentração do Homem em megacidades. Cada um destes fatores, por si só, não é suscetível de conduzir ao colapso de um Estado ou a conflitos interestatais. No entanto, são multiplicadores de ameaças e são suscetíveis de exacerbar os problemas existentes e de alimentar a instabilidade em todo o mundo.

As alterações climáticas têm vindo a intensificar a competição por recursos inestimáveis, fomentando ainda mais as tensões preexistentes entre grupos étnicos. O aumento da temperatura conduzirá a mais secas, o que tem o potencial para ser um propulsor para mais conflitos.

De forma alarmante, vários estudos sugerem que as alterações climáticas tornam mais prováveis conflitos como a guerra civil ou o genocídio. É importante notar que não está provado que as alterações climáticas, por si só, aumentem a probabilidade da discórdia, mas, certamente, as alterações climáticas combinadas com condições económicas, políticas ou sociais desafiantes podem aumentar o risco de conflito. As alterações climáticas são, assim, um multiplicador de ameaças, o que significa que amplificam os problemas que o mundo já enfrenta. As tensões geradas pela pobreza, pela instabilidade política e pela criminalidade são potenciadas pelo aumento das secas, inundações ou ondas de calor.

O Relatório de Ameaças Ecológicas (*Ecological Threat Report*, disponível em <https://www.visionofhumanity.org/ecological-threat-report-2021-summary-and-key-findings/>) mostra que as alterações climáticas representam sérias ameaças ao desenvolvimento global e à paz. Os efeitos adversos vão afetar de forma desproporcionada os países mais pobres e mais vulneráveis do mundo e criar pressões indiretas nos países vizinhos, através do movimento em massa de pessoas e da extração desenfiada de recursos.

Muitas ameaças ecológicas já existiam independentemente das alterações climáticas. Contudo, estas têm um efeito amplificador, causando mais degradação ecológica e empurrando alguns países para a violência no seio das populações. O relatório identificou 30 países que são designados por pontos quentes, sendo que desses há 28 que também estão na metade inferior do *Global Peace Index* [GPI] do Instituto de Economia e Paz. Onze dos quinze países com maior impacto ecológico estão já em conflito e os outros quatro países estão a cair na armadilha da violência, à beira desse conflito. Os recursos vão continuar a esgotar-se e a luta para aceder e eventualmente gerir esses recursos vai continuar a intensificar-se. No relatório pode ler-se que houve um aumento de 270% nas disputas

relacionadas com a água na última década, concentradas em países como o Iraque ou o Iémen, mas também vimos um forte aumento (250%) da violência para resolver essas disputas. Esta é uma tendência que irá continuar. Estes são ciclos viciosos em crescimento para os quais o relatório alerta.

Os especialistas apontam a guerra civil do Sudão como o primeiro exemplo de um conflito moderno induzido pelas alterações climáticas. As Nações Unidas associaram a desertificação e a diminuição da precipitação, causada pelo aumento da temperatura, à insegurança alimentar. A insegurança resultou então numa rebelião à qual o governo sudanês reagiu com uma campanha de violência. A fome assolou cada vez mais o Sudão à medida que as chuvas iam diminuindo e as terras férteis se foram tornando áridas. A falta de alimentos aliada a tensões sociais e políticas, profundamente enraizadas, exacerbou o risco de conflito até o país entrar em guerra civil.

A Síria é outro mau exemplo, está em guerra civil desde 2011. Há especialistas que consideram que a seca desempenhou um papel importante no espoletar da guerra. Certamente que as dificuldades económicas existentes, a liderança sectária, a má governação e a desigualdade social muito contribuíram para a revolta na Síria, mas a grave seca foi certamente a gota de água que desequilibrou o sistema. Recorde-se que os agricultores foram forçados a refugiarem-se nas cidades para encontrarem alimentos para as suas famílias famintas, levando ao aumento e acumulação de tensões, criando o rastilho perfeito para a guerra civil.

Investigadores da Universidade de Princeton e da Universidade da Califórnia (campus de Berkeley) concluíram que um aumento da temperatura média anual da ordem de um 1°C, numa determinada área, leva a um aumento de 4,5% na probabilidade de guerra civil nesse ano. Tem havido um aumento global da incidência da guerra civil desde a Segunda Guerra Mundial, com as guerras civis a terem mesmo um maior número de baixas do que as guerras interestatais/

internacionais. As guerras civis são perigosas e as alterações climáticas estão a torná-las mais comuns.

A degradação das condições de vida das populações também abre as portas ao narcotráfico e essa é outra importante preocupação atual.

Neste contexto, pode-se sugerir que as Forças Armadas deverão ser cada vez mais empregues em operações de combate ao terrorismo, em missões de imposição da paz, na estabilização e assistência humanitária. Estas tendências deverão também moldar os paradigmas operacionais, genéticos e estruturais.

## A EUROPA PODE FAZER ALGO PELO CLIMA?

A União Europeia (EU) e os EUA têm tentado liderar as cimeiras do clima. Procuram conduzir o planeta para a descarbonização através do uso de energias renováveis e tecnologias verdes.



Figura 2- Capa da prestigiada revista Time.

Naturalmente que há países que também esperam usufruir dos recursos da 2ª e da 3ª Revolução Industrial e não estão preparados para ir já para a 4ª.

A Comissão Europeia adotou um conjunto de propostas legislativas com o objetivo de tornar as políticas da UE em matéria de clima, energia, transportes e fiscalidade aptas para alcançar uma redução das emissões líquidas de gases com efeito de estufa de, pelo menos, 55 % até 2030, em comparação com os níveis de 1990. Em 2030 pretende-se uma Europa sustentável, mas o objetivo mais ambicioso é da neutralidade climática até 2050.

A transição para as energias limpas nas regiões carboníferas e com utilização intensiva de energia é um aspeto fundamental da descarbonização da Europa e um requisito que honra os compromissos assumidos pela UE no Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas. O carvão representa cerca de um quarto da produção total de eletricidade na EU, emprega 240 mil trabalhadores em minas e centrais elétricas em 41 regiões e 12 países da UE. Ora aqui está um desafio enorme, substituir as centrais a carvão por tecnologias limpas e sem tornar a economia refém de uma importação externa, especialmente de Estados pouco fiáveis.

Metade da população mundial vive em cidades, sendo provável que esta percentagem atinja os 70% em 2050. As cidades consomem 80% da produção de energia e produzem quase a mesma percentagem de emissões mundiais de gases com efeito de estufa. Os governos locais são, assim, cruciais, uma vez que são responsáveis por mais de 70% das medidas de atenuação das alterações climáticas e até 90% das ações de adaptação às alterações climáticas. Referindo-se aos benefícios económicos da ação climática, as Nações Unidas lembram que o retorno dos investimentos hipocarbónicos em todas as cidades do mundo atingirá, pelo menos, 23.9 mil milhões de dólares americanos até 2050.

Além do desafio da energia há o desafio das tecnologias limpas que requerem matérias-primas para o seu desenvolvimento. Há aqui que sinalizar que a Europa é responsável pelo consumo de 30% dos metais existentes no mundo, mas apenas produz 5% desses materiais. A pergunta que se faz nesta altura é: terá a Europa os recursos e a capacidade para produzir as tecnologias desta nova era de neutralidade climática?

Os metais, os minerais e os materiais naturais fazem parte das nossas vidas quotidianas. As matérias-primas essenciais (grande importância económica e elevado risco de escassez de aprovisionamento) são fundamentais para a construção e funcionamento de uma vasta gama de novas tecnologias. Por exemplo, o tungsténio que faz vibrar os telemóveis, o gálio e o índio fazem parte da tecnologia dos díodos emissores de luz (LED) das lâmpadas, os semicondutores precisam de silício, os metais da família da platina são fundamentais para as células de combustível de hidrogénio e as terras raras para os ecrãs táteis dos gadgets que hoje usamos. São também essenciais para a produção de ímanes, motores e baterias, usados em setores em alto crescimento, como o da produção de carros elétricos e turbinas eólicas.

Os metais e os metais das terras raras estão a transformar o mundo e a abrir uma nova competição por recursos. A União Europeia (EU) quer assegurar uma exploração mais sustentável destes recursos que são cruciais para a alta tecnologia e para revolução das energias renováveis. O problema é que no solo da EU não haverá mais do que uma parte mínima (1% ?) dos recursos chave identificados no planeta e se quisermos preservar a qualidade da nossa vida e ter uma transição suave para a economia verde, é fundamental assegurar o fornecimento destes materiais.<sup>2</sup>

Assim, o acesso aos recursos é atualmente uma questão de segurança estratégica, a EU não pode ambicionar a neutralidade climática à custa da substituição da dependência dos combustíveis fósseis por uma dependência em matérias primas, muitas das quais nos chegam do estrangeiro, e pelas quais a concorrência mundial se está a intensificar muito rapidamente. É estratégico assegurar um acesso diversificado a recursos e dentro da UE é preciso aumentar a reciclagem e voltar à mineração, apesar da oposição dos ambientalistas.

É oportuno aqui desmistificar a ideia de que só na China é que há terras raras. Na verdade, estas matérias não são assim tão raras, mas são complexas de explorar e de refinar. É muito difícil o seu processamento metalúrgico. Quase só os chineses têm as tecnologias exigidas para isso, é um monopólio. Atualmente, menos de 18% das matérias raras vêm de fora da China. Mas se contarmos com o processamento, então vem praticamente tudo

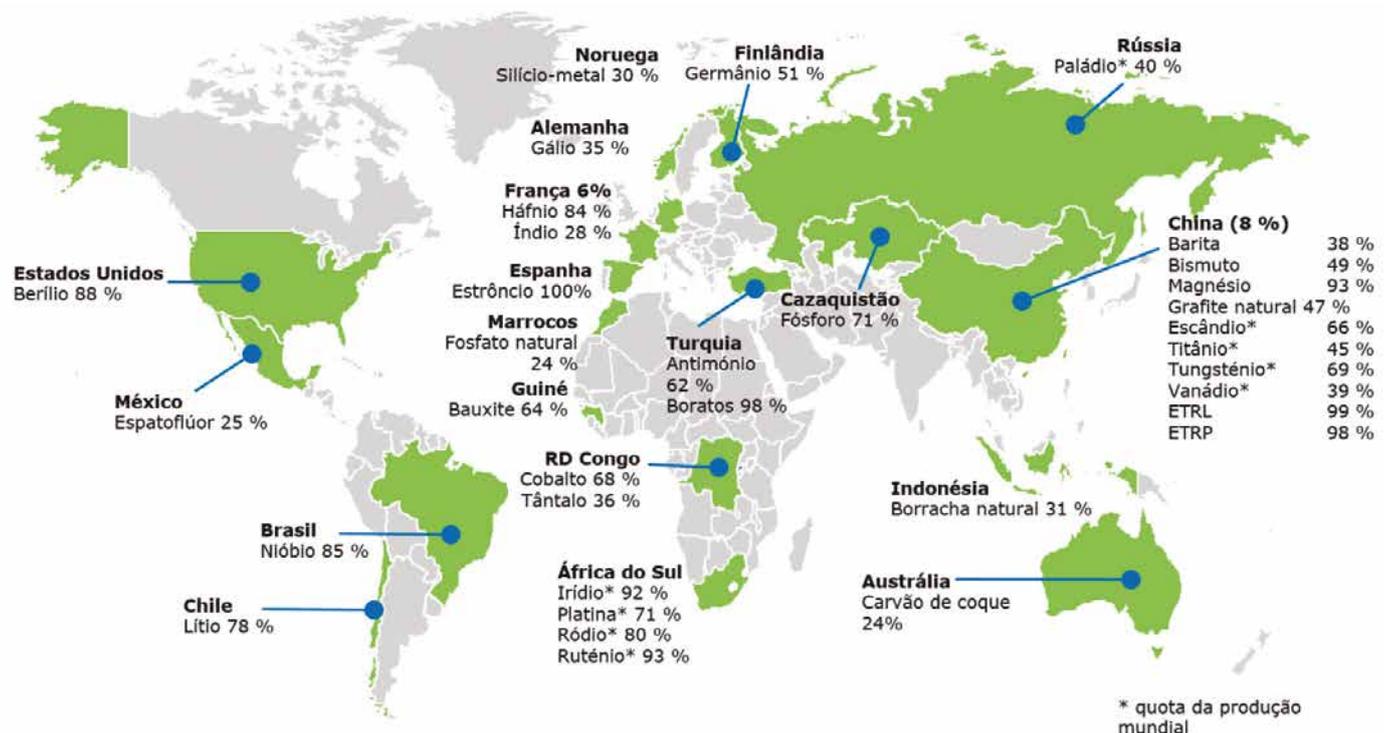


Figura 3- Origem das 30 matérias-primas cruciais para a UE

da China. Mesmo que se faça a extração na Europa, tipicamente, esse material é enviado para a China para ser processado. Pode assim dizer-se que a China pode, se quiser, parar a produção de equipamentos eletrónicos no mundo.

Há 150 anos, a Europa era a principal região mineira do mundo e deixou de o ser porque a mineração passou a ter uma má reputação, as pessoas passaram a considerar que não é uma atividade amiga do ambiente. O problema é que a mineração teve de continuar a ser feita noutros locais do mundo, porque as pessoas não deixaram de querer turbinas eólicas, carros, computadores. Assim, a Europa deixou de ter uma palavra efetiva sobre o seu impacto no ambiente.

Sabe-se que Portugal e Espanha têm muitos minérios e o mesmo se pode dizer da França e da Alemanha, da Gronelândia e também da Escandinávia. E depois ainda temos os oceanos! Pode haver casos, em que do ponto de vista ambiental, é melhor extrair as matérias-primas no mar do que em terra. Ainda levaremos alguns anos para o sabermos, mas precisamos de nos preparar.

O enorme apetite por recursos (energia, alimentos e matérias-primas) está a exercer uma pressão extrema sobre o planeta, representando metade das emissões de gases com efeito de estufa e mais de 90 % da perda de biodiversidade e do stress sobre os recursos hídricos. Os especialistas consideram que é necessário intensificar a economia circular para se caminhar para a neutralidade climática até 2050, separando o crescimento económico da utilização dos recursos e mantendo a utilização dos recursos dentro dos limites de sustentabilidade do planeta.

Respondendo à pergunta colocada, certamente que a Europa pode fazer algo pelo clima através de uma transição para uma economia ecológica e digital, mas provavelmente muito menos do que ambiciona, pois pode ter o conhecimento tecnológico, mas não tem os recursos, nem a mentalidade para os obter.

## QUE IMPACTO PODEMOS ESPERAR EM PORTUGAL?

Parecem ser inevitáveis os efeitos que vão da desertificação à seca, fogos florestais, erosão da linha costeira, diminuição da produtividade agrícola e propagação de doenças.

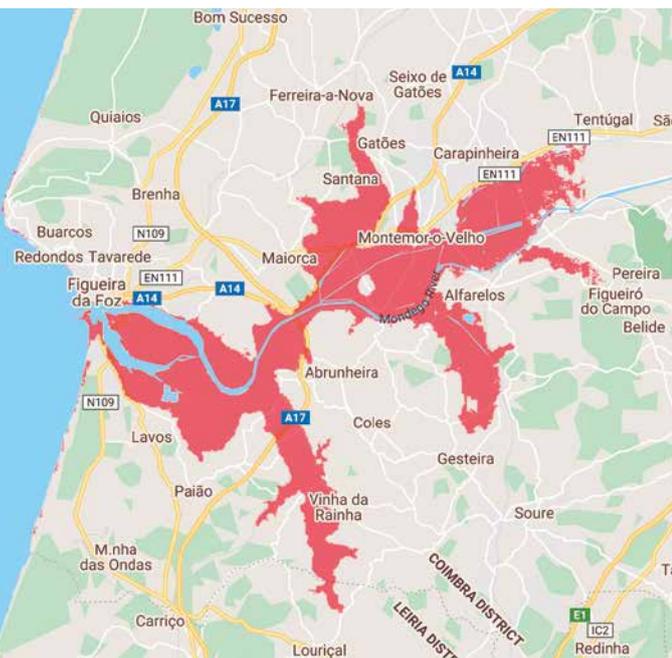


Figura 4- Elevação do nível de água do mar previsto para a Figueira da Foz em 2050 (<https://coastal.climatecentral.org/>)

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) aponta o Mediterrâneo, incluindo Portugal, como uma das regiões mais vulneráveis do mundo às alterações climáticas.

A situação de Portugal é agravada pela exposição a eventos meteorológicos extremos, como as ondas de calor conjugadas com secas associadas a condições de enorme redução da humidade e à subida do nível do mar (fatores que causam potenciais cheias e galgamentos costeiros). A subida da água do mar vai ter expressão especialmente no estuário do Tejo e do Sado, na Ria Formosa, em Aveiro e na Figueira da Foz.

Apesar desta perspetiva podemos sempre apresentar uma outra em que ficamos melhor. Por exemplo, no Relatório de Ameaças Ecológicas, Portugal não está mal, está em 28.º de 178 países. O maior risco apurado diz respeito ao indicador da água e às anomalias de temperatura. Portugal, como a maioria dos países da União Europeia, está exposto a um número reduzido de ameaças e tem desenvolvido a sua capacidade de resiliência. Daí o ranking ser muito bom. Os países onde a resiliência é alta não têm pontuações más, porque têm a adaptabilidade para tomar os passos necessários para evitar ou mitigar as ameaças.

Portugal tem muito para pensar e ainda mais para executar. Falhou, de certa forma, nas três revoluções industriais e na última não foi a tempo de explorar as energias fósseis de petróleo e gás da sua plataforma continental. Nesta Quarta Revolução Industrial vamos ver se consegue estar no tempo certo e aproveitar a exceção da sua situação geográfica, a existência de recursos naturais em terra e no mar, a possibilidade de gerar energia por muitas vias, e a qualidade da sua gente unida, capaz de grandes feitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza tem o seu ritmo e o planeta está a pulsar no sentido de um aquecimento que um dia será invertido, dando origem a uma nova era de glaciação.

A UE, mesmo que queira, não tem o poder para liderar o mundo, já não tem sequer autonomia estratégica em recursos e energia para se governar a si mesma.

O mundo está interdependente, o que é bom se se mantiver o espírito do livre e o comércio justo. Se os monopólios se forem temos de novo o risco da guerra.

Certo é que o risco dos conflitos, potenciados pelas alterações climáticas, está a crescer e a migração de populações vai ter cada vez mais expressão, que resultará em maior pressão sobre a UE.

Os europeus têm pela frente desafios difíceis, são precisos políticos hábeis, visionários e bons a comunicar o que é preciso fazer. Para os militares advinham-se novas missões (que requerem novos meios) no âmbito da ajuda humanitária e proteção de populações, mas também de segurança de recursos e do seu transporte.

É preciso mudar! Eu, por exemplo, passei a ir de bicicleta para o serviço.



Dias Correia  
CMG

<https://dc.ardico.pt>

N.R. Artigo escrito antes do início da guerra de 2022 entre a Ucrânia e a Federação Russa.

### Notas

<sup>1</sup> <https://www.nature.com/articles/s41467-019-12808-z.pdf>

<sup>2</sup> Mapa interativo pode ser consultado em <https://pt.euronews.com/next/2020/12/18/o-futuro-do-ambiente-esta-debaixo-de-terra>

# TRABALHOS DE MUSEALIZAÇÃO

## DO EX-NRP *BARRACUDA*

Muito embora o projeto de musealização esteja adormecido, em parte devido aos sucessivos confinamentos e às questões adversas que vieram com as medidas preventivas de combate à crise pandémica, uma equipa de ex-submarinistas passou recentemente das palavras aos atos, selecionando e retirando de bordo materiais – peças e objetos de variada índole – que, revistos uns e restaurados outros, poderão prover a uma futura museografia junto do submarino.

### AÇÃO DE VOLUNTARIADO

**B**em do fundo do reino de Neptuno ressurgiu, de entre as mãos daqueles que por lá passaram, um novo impulso para a musealização do submarino *Barracuda*.

Relembrando os tempos em que, jovens marinheiros, navegaram pelas profundezas do oceano, uma equipa de submarinistas apresentou-se na doca seca, em Cacilhas, na semana de 15 de novembro de 2021, para mais uma missão a bordo dos submarinos da classe Albacora.

Esta ação, promovida pela Comissão Cultural de Marinha, com a colaboração da Associação de Submarinistas de Portugal, foi enquadrada no âmbito das ações de voluntariado no setor cultural da Marinha e constituiu uma demonstração da imprescindibilidade de uma família naval unida, em que os seus membros mais velhos e com mais experiência são tão indispensáveis quanto os mais jovens para o funcionamento e constante evolução da instituição que é parte de todos, a Marinha.

Estes projetos de voluntariado corporizam um sentimento de pertença, que apenas existe quando o envolvimento pessoal com a Instituição extravasa o campo profissional e se torna pessoal, assumindo-se em pleno aquilo que é ser militar. Foi devido a este espírito de missão e à conduta ética e moral que os anos de experiência a servir o país lhes proporcionaram, que estes militares abraçaram este projeto com total disponibilidade e sem qualquer contrapartida que não fosse o regozijo de poder mostrar ao público um submarino cuja história se confunde com a história de vida deles.

### TRABALHOS DESENVOLVIDOS

Imbuídos no espírito de se “erguerem contra a maré”, os ex-submarinistas passaram a prancha na manhã de 15 de novembro e puseram mãos à obra. Foi retirado tudo aquilo que, embora fosse necessário em tempos de missão, agora que o *Barracuda* navega em outras águas, já não o é. Todo esse material vai agora ser inventariado e criteriosamente selecionado para uma eventual museografia junto do submarino, ou para ficar guardado para outro futuro.



A experiência de uns será sempre uma mais-valia para todos, e esta ação foi mais uma prova disso. Cada peça revisitava uma história doutros tempos, contada pelos intervenientes, escutada pelos restantes. Nessas histórias havia um traço comum – a interajuda entre todos os que coabitaram, durante tanto tempo, um espaço tão restrito num ambiente externo tão hostil.

Com uma paixão contagiante e um denodado esforço coletivo, a equipa terminou a função proposta antes do tempo previsto. Com a mesma força com que outrora cumpriram os seus “quartos”, as suas “vigias”, os seus afazeres rotineiros a bordo, os ex-submarinistas deram o seu contributo voluntário para a abertura ao público de algo que tanto significado lhes diz.

Haverá, certamente, muitas mais tarefas para cumprir até que se abram, de vez, as portas do “Museu” *Barracuda*. Porém esta foi, sem dúvida, uma fase importante, e o ensejo de juntar, mais uma vez, a família naval.



Colaboração da **COMISSÃO CULTURAL DE MARINHA**



## ACADEMIA DE MARINHA



## SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO CALM ROGÉRIO D'OLIVEIRA

*Rogério Silva de Oliveira*

Os grandes vultos que deixaram uma marca bem vinculada na sua passagem pela Marinha de Guerra Portuguesa, é incontornável a figura do Contra-almirante Engenheiro Construtor Naval Rogério Silva Duarte Geral d'Oliveira, autor de uma obra marcante como projetista de navios emblemáticos, não só da Armada, mas também da Marinha Mercante Nacional.

Além de uma brilhante carreira como oficial de Marinha e arquiteto naval, o Contra-almirante Rogério

d'Oliveira foi, também, um destacado professor, tanto na Escola Naval como no Instituto Superior Técnico, e académico, destacando-se a Presidência da Academia de Marinha entre os anos de 1985 e 2004.

Por este relevo, e pelo facto de 2021 ser o ano em que cumpriria 100 anos de vida, a Academia de Marinha e o Museu de Marinha promoveram a realização de uma sessão cultural conjunta no Pavilhão das Galeotas, fazendo-a coincidir com a data de aniversário – 15 de outubro – do Contra-almirante.

A sessão comemorativa dos 100 anos do seu nascimento foi presidida pelo CEMA, ALM Mendes Calado. A abrir a sessão, o Diretor do Museu de Marinha, COM Croca Favinha, deu conta que nos preparativos, iniciados em 2020, ainda participou o homenageado; com o seu falecimento no passado dia 7 de janeiro, coube à família o ónus de dar continuidade à elaboração do evento.

Na sessão foram, naturalmente, apresentadas a vida e a carreira do Contra-almirante Rogério d'Oliveira, sob várias facetas. O CALM António Balcão Reis abordou a *Vida e obra do Contra-almirante Rogério d'Oliveira na Marinha*, deixando transparecer a sua grande admiração por um homem de quem foi aluno, subordinado, colaborador e discípulo.

Começando com uma pequena súpula da sua vida antes da entrada na Marinha, a comunicação debruçou-se depois pela passagem, enquanto cadete, pela Escola Naval, e como estudante de Engenharia Naval, pelo Royal Naval College, onde sempre evidenciou uma rara excelência académica. Continuando a sua abordagem aos principais marcos da carreira do Contra-almirante Rogério d'Oliveira,

foram referidas as fases como professor da Escola Naval e como chefe dos programas de construção das fragatas *Almirante Pereira da Silva* e das corvetas *João Coutinho* e *Baptista de Andrade*, nas quais demonstrou características singulares de liderança, conhecimento, exemplo e brio profissional.

A segunda comunicação coube ao Dr. Luís Miguel Correia, que focou a vertente civil da obra do Arquiteto Naval Rogério d'Oliveira, nomeadamente a direção da construção de vários navios para as marinhas de comércio e de pesca portuguesas, com realce para o paquete *Funchal*.

Na comunicação seguinte, a neta do Contra-almirante Rogério d'Oliveira, Dr.ª Margarida Geral d'Oliveira Moreira Campos, falou do seu papel enquanto pai e avô. Momento familiar ilustrativo de quão amado era.

A intervenção de conclusão da sessão foi proferida pelo Presidente da Academia de Marinha, ALM Francisco Vidal Abreu, que destacou na vida do CALM Rogério d'Oliveira a sua dedicação ao serviço, conforme já realçado pelos anteriores oradores, e a marca profunda que deixou na Academia de Marinha enquanto seu presidente – a renovação das instalações, a introdução de novas iniciativas como a bienal de arte, os Simpósios de História Marítima e o grande projeto da História da Marinha Portuguesa.

Terminada a sessão cultural, a assistência foi convidada a deslocar-se até à Sala Seixas, no 1.º piso do Museu de Marinha, onde foi inaugurada a exposição temporária «Projetar a Marinha no papel», dedicada à vida e obra do Contra-almirante Rogério d'Oliveira. Houve ocasião para uma visita guiada à exposição – dividida em três núcleos dedicados à vida estudantil, académica e de Arquiteto Naval – pelo seu curador, CTEN TSN-HIS Baptista Valentim.





## II SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO ORIENTE

Desde 1992 que a Academia de Marinha procede à realização de Simpósios dedicados a temas da História Marítima, eventos que reúnem durante 3 dias vários académicos e convidados no auditório da Academia com o objetivo de aprofundar e divulgar o conhecimento sobre o mar e atividades marítimas, cumprindo assim aquela que é a principal missão da Academia.

Desde 2001 que a realização destes Simpósios passou a dar-se de 2 em 2 anos, criando assim hiatos de 1 ano entre realizações, que o atual Conselho Académico da Academia de Marinha decidiu, a partir de 2018 preencher com a realização de um novo Simpósio, este focado na História da Ásia Oriental, região de particular interesse para a história da expansão portuguesa, mas também para a história das atividades marítimas.

Inserindo-se nas comemorações do V Centenário da primeira Circum-navegação comandada pelo navegador português Fernão de Magalhães, o **II Simpósio de História do Oriente** dedicou-se a explorar o tema *Magalhães e Elcano e a Exploração das “Pacíficas às Índicas águas”*, numa realização que deveria ter ocorrido em 2020, mas que dada a situação de todos conhecida, apenas teve consumação nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2021.

Num elo de ligação com as comemorações da primeira Circum-navegação, a Sessão de Abertura deste Simpósio, que mereceu a presidência do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Professor Augusto Santos Silva, foi o momento escolhido para o lançamento da obra *Fernão de Magalhães e o Conhecimento dos Oceanos*, resultante dos trabalhos realizados no XVI Simpósio de História Marítima, reforçando a importância dessa comemoração plurianual.

E essa elevada importância ficou bem patente na alocução proferida pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, que vê nestes eventos uma comemoração da abertura da Europa ao Mundo num plano de 360°.

Numa altura em que urge a afirmação desta como baluarte do multilateralismo, o Professor Santos Silva salientou o facto de a primeira circum-navegação ser um grande esforço multilateral, que cruzou três grandes oceanos, reuniu capital espanhol, comando português e *know how* árabe, espanhol, italiano e português, tocando nas costas do que agora são 13 países distintos.

Neste mesmo espírito de multilateralismo e de abertura ao diálogo e à descoberta, a realização do II Simpósio de História do Oriente pode ser considerado um sucesso em toda a linha, com a reunião a congregar 33 investigadores vindos de Portugal, Espanha, Uruguai, Argentina e Filipinas, ao longo de 3 dias e 30 sessões. Nota para as 7 apresentações que se realizaram via digital, diretamente do Uruguai, Argentina e Filipinas, proporcionando uma maior abertura e oportunidade de participação neste evento por parte de investigadores de vários pontos do globo, num marco evolutivo na realização dos Simpósios de Academia.

O sucesso desta organização foi destacado pelo Presidente da Academia de Marinha, Almirante Francisco Vidal Abreu, na



Fotos SAU ETC Silva Parracho

sua alocução de encerramento dos trabalhos, ao evidenciar o manancial de informação que estará à disposição de todos quantos por esta temática se interessarem quando, em 2022, se fechar o ciclo das comemorações.

E foi com essa promessa que se encerrou o II Simpósio de História do Oriente. A promessa do regresso em 2022, no XVII Simpósio de História Marítima, para acompanhar, analisar, estudar e divulgar a última fase da primeira Circum-navegação, completando assim a viagem iniciada em 2019 que, tal como a sua congénere de quinhentos foi acossada por intempéries, mas nem por isso deixou de chegar a bom porto.

## ACADEMIA DE MARINHA

### TOMADA DE POSSE DO CONSELHO ACADÉMICO

A cada três anos os membros eméritos e efetivos da Academia de Marinha reúnem em Assembleia de Académicos para procederem à eleição dos titulares de cargos estatutários responsáveis pela direção e planeamento das atividades da Academia, traduzindo-se esses cargos nas figuras do Presidente e restantes membros do Conselho Académico.

A Assembleia de Académicos de dia 18 de novembro de 2021 renovou a confiança no Conselho Académico que, desde 2016, tem comandado os rumos desta barca académica.

Assim, no dia 13 de janeiro de 2022 tomaram posse de um renovado mandato o Presidente da Academia de Marinha, Almirante Francisco Vidal Abreu; os Vice-Presidentes para as Classes de História Marítima (HM) e Artes, Letras e Ciências (ALC), respetivamente, o Professor Doutor Vítor Conceição Rodrigues e o Contra-almirante Luiz Roque Martins; o Secretário-Geral, Comandante António Rocha de Freitas; e os Secretários das supramencionadas Classes, a Professora Doutora Ana Paula Avelar (HM) e o Dr. Paulo Silva Santos (ALC).

A tomada de posse decorreu sob a presidência do Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Henrique Gouveia e Melo, na sua primeira visita enquanto Comandante da Marinha a esta Academia, onde fez questão de sublinhar e incentivar o importante contributo que esta faz para a divulgação e aprofundamento da cultura da Marinha.

Aproveitando a solenidade da ocasião, o Presidente da Academia agradeceu a renovação do voto de confiança e, apontando para o futuro, expôs as principais linhas do seu programa para o triénio que desponta: manter a atribuição anual do Prémio “Academia de Marinha”; relançar a escolha de um ou mais nomes para alargar o quadro de *Pintores de Marinha*; alargar a rede de sessões conjuntas com outras academias, universidades e instituições culturais congéneres; realizar uma sessão cultural conjunta com uma Universidade ou Politécnico sempre que exista ligação de proximidade entre a cidade escolhida para a



realização do dia da Marinha e uma dessas instituições; envolver a Academia em sessões conjuntas com outras instituições culturais, públicas ou privadas sobre temas de dimensão nacional ou internacional ligados ao mar ou às atividades marítimas; continuar a impulsionar a publicação dos volumes da grandiosa obra da *História da Marinha*; iniciar a publicação de um conjunto de obras que passem a constituir uma nova coleção cobrindo temas ligados ao mar; publicar o *Dicionário do Almirantado*, projeto de investigação liderado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; dar corpo ao recente protocolo assinado com a Associação Portuguesa de Guias Intérpretes e Correios de Turismo; continuar a publicação dos vídeos das sessões, devidamente editados; publicar uma História da Academia de Marinha; e, finalmente, dinamizar e melhorar a organização e estrutura da Biblioteca *Almirante Teixeira da Mota*.





## ABERTURA SOLENE DO ANO ACADÉMICO 2022

O dia 13 de janeiro de 2022 marcou também a abertura solene do ano académico de 2022, numa reafirmação da missão da Academia de Marinha de aprofundamento e divulgação do conhecimento ligado ao mar e aos seus motivos. A sessão contou, como vem sendo hábito, com a presença do Comandante da Marinha, numa também já constante demonstração de apoio à referida missão.

A sessão iniciou-se com a entrega do prémio Academia de Marinha<sup>1</sup> referente a 2021, que foi atribuído ao académico José Manuel Malhão Pereira. Conforme assinalado na ata do júri, o prémio é o reconhecimento público da excelência e constância da obra de investigação científica e académica sobre a temática do mar e da navegação, mormente sobre as atividades náuticas dos portugueses ao longo da história, por parte do Comandante Malhão Pereira.

Seguiu-se uma comunicação proferida pelo Professor Doutor José da Cruz Vilaça, distinto jurista, com uma longa e distinta carreira. As suas várias passagens pelos tribunais da União Europeia (UE) terão sido muito úteis relativamente às questões que abordou: “Mar Europeu? Mar Português?”.

No que ao Mar respeita, o Professor Cruz Vilaça elencou as vantagens e desvantagens da participação portuguesa na família europeia, expondo a complexidade da ordem jurídica internacional e europeia e as incertezas geradas pelo carácter comunitário da união.

Não sendo a UE um estado único com território definido, para o qual a ordem jurídica internacional está preparada, representada pelo exemplo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, essas incertezas e complexidade acabam por gerar dúvidas quanto a competências partilhadas ou exclusivas dos estados-membro; estando salvaguardados os direitos de soberania, a cargo dos estados, não se perspetivam mudanças, uma vez que o panorama político é pouco favorável à extensão dos poderes da União no plano jurídico.

A partir destas bases complexas, o orador debruçou-se então sobre a Lei portuguesa face ao quadro jurídico europeu a um nível externo, explorando a participação portuguesa em *fora* internacionais, quer a um nível interno, através da análise e identificação dos desafios e potencialidades da estratégia nacional para o mar.

Finalizando, o Professor Cruz Vilaça destacou a oportunidade representada pelo PRR<sup>2</sup>, pese embora a baixa graduação<sup>3</sup> que confere à agenda para o mar.

A sessão terminou com as palavras do Almirante CEMA, que ressaltou a importância do tema exposto para o futuro do país, frisando a importância estratégica do mar, e a visão, já por si partilhada, de como o Mar é o mais importante ativo que Portugal pode ter. Deixou ainda a garantia de que não deixará de divulgar e de sensibilizar todos os quadrantes da sociedade para essa importância.

Também a Academia de Marinha, dispendo de um largo corpo académico e de um vasto leque de ligações com várias outras instituições de ensino e conhecimento, se assume como um agente natural dessa divulgação e aproximação.



Fotos SAJ/ETC Silva Parracho

Colaboração da **ACADEMIA DE MARINHA**

### Notas

<sup>1</sup> Prémio instituído pela Portaria nº 237/2020, de 9 de outubro, do Ministro da Defesa Nacional; destina-se a incentivar e a dinamizar a pesquisa e investigação científica no âmbito das atividades marítimas portuguesas e das artes, letras e ciências no que diga respeito ao mar e às atividades marítimas e, em particular, à história da marinha e da ciência náutica e cartografia portuguesas.

<sup>2</sup> Acrónimo de Plano de Recuperação e Resiliência, um programa de investimentos, executável até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa.

<sup>3</sup> O PRR assenta em três dimensões estruturantes: Resiliência; Transição Climática (mar incluído); e Transição Digital.

## ENTREGAS DE COMANDO/TOMADAS DE POSSE

### COMANDANTE NAVAL

Presidida pelo CEMA, ALM Gouveia e Melo, teve lugar no passado dia 12 de janeiro, a cerimónia de entrega de comando do cargo de Comandante Naval na Praça do Comando da Base Naval de Lisboa.

Embarcado no NRP *Pégaso* o ALM CEMA, acompanhado pelo CALM 2.º Comandante Naval (e Comandante Naval em suplência), passou em revista os navios atracados na BNL. Após o desembarque na Estação Naval, foram-lhe prestadas as devidas honras militares, que incluíram salvas de artilharia.

Seguidamente foi condecorado o CALM 2.º Comandante Naval, CALM Valentim Antunes Rodrigues, com a Medalha Militar de Mérito Militar de 1.ª Classe.

Após a leitura do despacho de nomeação e do ato de entrega de comando, seguiu-se o discurso do Comandante Naval empossado, VALM Nobre de Sousa, que apresentou um primeiro conjunto de prioridades para o mandato, nomeadamente: a manutenção dos padrões de prontidão da Esquadra; o aprofundamento do conhecimento da tática e das operações militares, designadamente na vertente conjunta; a promoção da inovação e experimentação; e a continuação da colaboração e apoio à AMN, potenciando sinergias. Terminou referindo que com aquela cerimónia se demonstrava a vitalidade da Esquadra, perpetuando o contributo do Comando Naval para que a Marinha se continue a cumprir no mar e, a partir do mar, para a terra.

No discurso que antecedeu o *terminus* da cerimónia, o ALM CEMA referiu que, na escolha para o cargo de novo Comandante Naval, pesou o reconhecimento das qualidades e conhecimento agregado do VALM Nobre de Sousa, das suas capacidades de



comando, marinheiras e operacionais, aliadas à competência e dedicação, argumentos esses que mereceram a concordância do MDN na atribuição de funções.

O ALM CEMA ressaltou também que no Comando Naval estão alocados uma parte muito significativa dos recursos humanos e materiais da Marinha, sendo um pilar fundamental para a sustentação da Visão por si estabelecida para o presente mandato: uma Marinha holística, pronta, focada, útil, significativa e tecnologicamente avançada.



Fotos: S&J, ETC, Silva Parracho

#### SÍNTESE CURRICULAR

Nascido em 1963, ingressou na Escola Naval em 1981, sendo promovido a Guarda-marinha em 1987.

Especializado em Armas Submarinas, embarcou como oficial imediato nas patrulhas *Cacine* e *Cunene*, como Chefe de Serviço nas fragatas Comandante *Roberto Ivens* e *Corte-Real*, como imediato na corveta Baptista de Andrade e como Oficial de Operações na fragata *Corte-Real*.

Desempenhou ainda funções no estado-maior da Força Naval Portuguesa. Na sua última comissão de embarque, comandou o NRP *Álvares Cabral*.

Durante as comissões de embarque integrou, no quadro da NATO, por quatro vezes a STANDING NAVAL FORCE ATLANTIC, com empenhamentos nas operações

SHARP GUARD e ACTIVE ENDEAVOUR, e o STANDING NATO MARITIME GROUP 1, com empenhamento na operação OCEAN SHIELD, enquanto *flag-captain*.

No quadro da União da Europa Ocidental (UEO), participou na operação SHARP VIGILANCE e, no âmbito nacional, na operação CRUZEIRO DO SUL.

Em terra, serviu no Gabinete do CEMA, no Serviço de Informação e Relações Públicas, no Centro de Instrução de Tática Naval e no Comando Naval (como Chefe de duas Divisões e como Chefe do Estado-Maior). Prestou igualmente serviço numa Divisão do Estado-Maior da Armada e como *Branch Head Operational Command and Control* no NATO *Supreme Allied Command Transformation*, em Norfolk.

Como COM, comandou o Corpo de Fuzileiros; uma vez promovido a CALM, exerceu as funções de Subchefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares no EMGFA.

## DIRETOR-GERAL DA AUTORIDADE MARÍTIMA E COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MARÍTIMA

Tomou posse, no passado dia 14 de janeiro, o novo Diretor-geral da Autoridade Marítima e Comandante-geral da Polícia Marítima, VALM João Dorés Aresta, rendendo no cargo o VALM António Coelho Cândido.

A cerimónia decorreu no Salão Nobre da DGAM e foi presidida pelo Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, tendo contado com a presença do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional (SEADN), Dr. Jorge Seguro Sanches, e do CEMA / Autoridade Marítima Nacional, ALM Henrique Gouveia e Melo.

Na sua intervenção, o SEADN destacou o prestígio que a Autoridade Marítima Nacional tem para a Defesa Nacional, reconhecido por todos os portugueses, em particular por aqueles que vivem no litoral do país. Destacou ainda o contributo da Autoridade Marítima Nacional (AMN) para que a Segurança Marítima seja uma prioridade em todas as atividades que visam salvaguardar a vida humana, na garantia da segurança dos navios, embarcações e carga, na manutenção das infraestruturas de apoio aos navegantes, no assinalamento e posicionamento marítimo e no combate à poluição do mar.

No discurso de tomada de posse, o VALM Dorés Aresta referiu que "a Direção-Geral da Autoridade Marítima e a Polícia Marítima tudo farão para constituir uma AMN pronta, disponível, relevante e credível, apta a dar resposta aos grandes desafios nacionais e internacionais que vai enfrentar pelos portugueses e ao serviço de Portugal". Referiu ainda que não poupará esforços para que se dê continuidade ao reforço das relações com todas as instituições que colaboram com a AMN.



O novo Diretor-geral da Autoridade Marítima e Comandante-geral da Polícia Marítima deixou também uma palavra aos elementos da Autoridade Marítima Nacional:

"O prestígio conquistado e o nível de desempenho atingido pela Autoridade Marítima Nacional nos últimos anos são um património que nos cumpre preservar e, onde nos for possível, desenvolver. Colocarei, neste novo desafio que hoje abraço, toda a minha capacidade, competência, coragem, espírito de sacrifício, sentido do dever e sentido do humano."



Fotos SAJ ETC Silva Parracho

### SÍNTESE CURRICULAR

O VALM João Luís Rodrigues Dorés Aresta ingressou na Escola Naval em outubro de 1979 e especializou-se em Artilharia, tendo passado grande parte da sua carreira como oficial subalterno a bordo de diversas unidades navais.

Enquanto oficial superior embarcado, desempenhou funções como oficial de operações no Estado-maior da Força Tarefa Portuguesa e no Estado-maior do Comandante da Força Naval Permanente do Atlântico.

Em terra, desempenhou funções como Chefe da Secção de Exercícios do Estado-maior do Comando Naval, Chefe da Divisão de Operações do Comando Naval, Chefe do Centro de Operações Navais e Diretor do Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo de Lisboa.

No exterior, desempenhou as funções de representante nacional no Comando

Aliado de Submarinos do Norte da Europa, em Northwood, onde integrou o Gabinete de Aconselhamento Político do Comando duma Força da NATO - ISAF. Desempenhou, ainda, as funções de oficial de ligação da NATO junto do governo de Cabo Verde.

Após a promoção a CMG, em julho de 2006, desempenhou os cargos de Chefe do Estado-maior do Comando Naval e de Comandante da Base Naval de Lisboa.

Decorrente da promoção ao posto de COM, em julho de 2015, exerceu as funções de Deputy Chief of Staff Plans no Allied Maritime Command, em Northwood, Reino Unido, tendo, desde 2016, desempenhado as funções de 2.º Comandante Naval, de Chefe de Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada, de Subchefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares e de Comandante Operacional da Madeira.

Foi promovido ao atual posto – VALM - a 8 de janeiro de 2022.

## COMANDANTE DA ESCOLA NAVAL

No dia 24 de janeiro tomou posse como comandante da Escola Naval (EN) o CALM Valentim Rodrigues, em cerimónia presidida pelo CEMA, ALM Gouveia e Melo, na presença de personalidades da Marinha, Exército, Força Aérea e representantes de universidades e estabelecimentos de ensino superior militar.

O comandante cessante, CALM Simões Marques, referiu, no seu discurso de despedida, a importância de formar os futuros oficiais de Marinha nas dimensões académica, militar e marinheira, num triângulo único no contexto universitário nacional, permitindo assim formar os alunos da EN num quadro de princípios e valores, que os preparem para ser os líderes da Marinha.

Na sua alocação, o CALM Valentim Rodrigues referiu a intenção de reforçar a compreensão da Marinha holística, através da educação focada numa visão abrangente sobre o papel da Marinha, não exclusivamente centrada na atividade militar, mas na sua atuação ampla, como elemento vital do Estado no mar, tendo ainda partilhado a sua visão de que a EN se deve afirmar como o local onde o conhecimento impere e a inovação se constitua como fator diferenciador criador de valor. Garantiu ainda que tomará as ações necessárias para garantir a qualidade da educação de base científica e tecnológica, fortalecendo o conhecimento das matemáticas, físicas, ciências da computação e processos para a tomada de decisão, assim como potenciará a inovação, para garantir o necessário contributo tendo em vista uma Marinha tecnologicamente avançada.

De seguida, usou da palavra o Almirante CEMA e AMN que começou por demonstrar todo o seu apoio ao novo comandante da EN, referindo que *“tem pela frente um desafio aliciante, que exigirá determinação e horizontes largos para que a Escola Naval responda, plenamente, à (...) visão de uma marinha holística, útil, significativa, pronta e focada”*.

Dirigiu-se ainda aos cadetes da EN exortando-os a *“pensar de forma transformadora e disruptiva”*, referindo ainda que *“a formação só será verdadeiramente abrangente e completa se for moldada por valores militares e por um código de conduta bem definido e estruturado que enforme toda a organização a partir da base e que deverá ser transmitido, acompanhado, praticado e absorvido, durante todo o período de formação”*.

*A Disponibilidade, honestidade, coragem, camaradagem e justiça são valores que considero basilares na formação dos jovens oficiais, capazes de os tornar dignos e fieis ao lema do Infante Dom Henrique, TALANT DE BIEN FAIRE.”*



Fotos SAJ ETC Silva Parracho

### SÍNTESE CURRICULAR

O CALM Valentim José Pires Antunes Rodrigues nasceu em Bissau, em 1964. Ingressou na Escola Naval em 1981, tendo concluído a licenciatura em Ciências Militares Navais em 1986. A 1 de outubro do mesmo ano foi promovido a GMAR. É especializado em eletrotécnia, pela Escola de Eletrotécnia, e em manutenção de helicópteros, pelo Royal Naval Engineering College (Reino Unido). Possui ainda o Curso Geral Naval de Guerra, pelo Instituto Superior Naval de Guerra, o Curso de Promoção a Oficial General, pelo Instituto Universitário Militar, o *Naval Command Course* e o *United States Navy's Flag Level Combined Force Maritime Component Commander Course*, pelo Naval War College (EUA), bem como uma pós-graduação em Técnicas Avançadas de Gestão, pela Universidade Lusíada, entre outros cursos. Em unidades navais, serviu em várias classes de navios em vários cargos destacando-se, os de Comandante do NRP *João Coutinho*, do Agrupamento de

Navios da Escola Naval, e os de Oficial Imediato da NRP *Alabarda* e do NRP *João Raby*.

Em terra exerceu funções na Esquadilha de Helicópteros, como Chefe do Serviço de Manutenção e *Visiting Air Engineer Officer* (VAEO) dos destacamentos de helicópteros Lynx embarcados nas fragatas da classe *Vasco da Gama* e no navio reabastecedor de esquadra NRP *Bérrio*. Na área do ensino e formação, exerceu as funções de Comandante do Corpo de Alunos da Escola Naval, Comandante da Escola de Tecnologias Navais e Diretor do Curso de Estado-Maior Conjunto, no Instituto de Estudos Superiores Militares. No Estado Maior da Armada, foi Chefe da Divisão de Relações Externas. Como oficial general foi Comandante da Zona Marítima dos Açores, Chefe do Departamento Marítimo dos Açores, Comandante Regional da Polícia Marítima dos Açores, 2.º Comandante Naval e Comandante Naval em regime de suplência e é, desde 24 de janeiro de 2022, Comandante da Escola Naval.

Autor: 2TEN TSN-ARQ Paulo Guedes



## NAVEGANDO PELO ARQUIPÉLAGO

Em onze de Fevereiro de 1969 fui incorporado na Marinha de Guerra para cumprir o serviço militar iniciado na Escola Naval, integrado no 14º Curso de Formação de Oficiais da Reserva Naval (14º CFORN).

Fizemos a viagem de fim de curso a Cabo Verde, passando pela Madeira, tendo sido a primeira experiência de mar e enjoos, próprios da falta de experiência de viver nas circunstâncias dependentes do estado do mar.

Em Cabo Verde, conhecemos os camaradas das unidades que aí prestavam serviço e, no caso da LF *D. Aleixo*, em fim de comissão. Foi a oportunidade de perceber o que me esperava na missão de comando que o Estado-Maior da Armada me destinou, em Cabo Verde.

Chegado a Cabo Verde, após a viagem de avião Lisboa–Sal e Sal-S. Vicente, fui apresentado à tripulação do NRP *D. Aleixo*, para render os camaradas em fim de prestação de serviço.

Fiz uma primeira viagem de reconhecimento das ilhas, dos locais de acostagem e fundeadouros, na lancha *D. Jeremias*, também pertencente à classe *D. Aleixo* e que era comandada por um oficial do quadro da Marinha de nome Almeida Joglar, tendo surgido também nessa viagem, situações de fiscalização de pesca ilegal.

Com a guarnição completa, após a chegada do camarada Normando Lagoa para a função de imediato, teve início o primeiro ano de funções na *D. Aleixo*. Foi um ano de muitas experiências na missão de fiscalizar e de apoio em socorro, no caso de acidentes com pescadores de lagosta, nas diferentes ilhas, resultantes de pedidos de ajuda que chegavam ao Comando Naval. Houve também missões de transporte de entidades do governo que necessitavam de se deslocar entre ilhas.

A missão de maior responsabilidade, por ter tido uma intervenção de maior envergadura, foi o aprisionamento de dois pesqueiros cubanos de grandes dimensões, que se encontravam fundeados em águas do arquipélago, sem autorização. Esta missão consistiu em transportar os Comandantes dos dois pesqueiros no nosso navio e homens nossos armados seguiram até S. Vicente nos dois pesqueiros. Esta missão foi concluída com êxito, tendo sido cumpridos todos os procedimentos inerentes ao ocorrido.

Foi, na realidade, a prova da excelente formação que a Escola Naval nos transmitiu, nos seis meses em que fomos preparados para as diversas situações que poderiam ocorrer.

## VIAGEM ATRIBULADA DE REGRESSO

Por necessidade de manutenção e atribuição de novas missões às duas LF da classe *D. Aleixo*, foi decidido o regresso a Lisboa, que ocorreu no mês de Outubro de 1970.

Enquanto que na viagem de ida para Cabo Verde as duas lanchas foram transportadas em navio próprio, no regresso a Lisboa, foram postas à prova, navegando por etapas, passando pelas Ilhas Canárias e Madeira. Foi, na realidade, uma verdadeira odisséia o percurso entre as Ilhas Canárias e a Ilha da Madeira, com ondas de cinco metros e desconstruídas, o que de noite, como se pode imaginar, só com fibra de marinheiros pudemos ultrapassar.

De dia, podíamos visualizar o mar e assim controlar as manobras, como as de trasfega de combustível que recebemos da corveta que nos acompanhou na aventura.

Recebi, também, por amabilidade dos camaradas da corveta, um bolo para comemorar o meu primeiro aniversário de casamento, que ocorreu no dia 18 de Outubro, em plena viagem de regresso a Lisboa. O percurso entre a Ilha da Madeira e os estaleiros navais do Alfeite, em Lisboa, apesar de agreste, não teve comparação com a verdadeira tormenta que se tornou, certamente, no maior desafio à coragem que todos nós tivemos até então. Termos ultrapassado com êxito o mar revoltado como tantos navegadores da nossa história, tornou-nos mais fortes e conscientes de que nos podemos surpreender a nós próprios, porque existem em nós capacidades que, só postas à prova, se revelam.

Poder-se-á perceber que também não terá sido fácil a decisão do Estado-Maior da Armada, pelo risco inerente à viagem, o que nos foi alertado pelo Comandante da corveta.

Ocorreram mesmo na LF *D. Jeremias* dificuldades com o sistema eléctrico nas baterias, o que, naquelas condições de mar, e em caso de necessidade de apoio, nos teria colocado a viabilidade da aproximação entre navios.

Chegados a Lisboa, atracamos ao cais do Alfeite, para um merecido repouso.



Joaquim Manuel Nunes Serra, 14º CFORN

In Crónicas Intemporais da Guerra e da Fraternidade, 2019

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

# BLEFAROCALÁSIA

A blefarocalásia é uma doença dos tecidos moles das pálpebras. Caracteriza-se por excesso de pele e desenvolve-se habitualmente de forma gradual em pessoas acima dos 40 anos de idade. Esta doença surge por perda de elasticidade da derme, e por redução de volume do tecido subcutâneo, levando a um excesso de pele em forma de pregas/bolsa palpebrais. A blefarocalásia além de ser considerada inestética para algumas pessoas, pode afetar a visão por tapar parcialmente os globos oculares, e afetar a drenagem das lágrimas por obstruir os canalículos. É uma doença muito frequente em ambos os sexos e tem solução cirúrgica simples.

## INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo fisiológico progressivo e inevitável. Afeta todos os órgãos e tecidos e pode manifestar-se de forma diferente em cada pessoa. Com o aumento da esperança média de vida e com a crescente importância da estética no mundo ocidental, a procura por tratamentos que retardem o envelhecimento, ou que corrijam as alterações que surgem com o passar dos anos, é cada vez mais frequente. É importante destacar que a muitas alterações estéticas se associam alterações funcionais, portanto os tratamentos a propor aos pacientes devem corrigir ambas as situações, se possível.

A pele é o maior órgão do corpo humano, e o mais visível. Com a idade esta torna-se cada vez mais fina, com menos elasticidade e brilho, com menor capacidade reparadora e constata-se uma acentuação das rugas de expressão. Este envelhecimento não depende apenas do que está determinado geneticamente e da idade acumulada, depende também de como foi cuidada e protegida a pele ao longo da vida. A título de exemplo, o fotoenvelhecimento é um dos problemas de envelhecimento precoce mais frequente, em que a pele foi exposta repetidas vezes a radiação ultravioleta e, devido à resposta inflamatória consequente, a pele torna-se laxa, áspera, ressequida, descamativa, com pigmentação irregular e com maior incidência de neoplasias benignas e malignas.

O envelhecimento da pele da face é a que mais impacto tem, quer na forma como o indivíduo se relaciona com o seu corpo, quer na sua relação com o mundo, dado que a face é o nosso espelho para o exterior. A região periorbitária, fundamental no aspeto

do rosto, é muito afetada neste processo de senilidade e, além das rugas laterais, a inversão/eversão das pálpebras, alteração da posição das bolsas de gordura subcutânea e reabsorção óssea do esqueleto, surge com muita frequência a dermatocalásia (excesso de pele que forma pregas), principalmente a nível das pálpebras superiores (blefarocalásia superior).

## DEFINIÇÃO

A blefarocalásia é definida como um excesso de pele das pálpebras.

## ETIOLOGIA

A blefarocalásia surge na maioria dos casos devido à senescência habitual dos tecidos com o avançar da idade: existe atrofia da epiderme, perda de elasticidade da derme e redução de volume do tecido subcutâneo. Tudo isto causa um relaxamento da pele das pálpebras (*blefarocalasis*: *blefaro*= pálpebra, *calasis*= relaxamento) que se manifesta por pregas redundantes de pele. Em alguns casos sabe-se que existe predisposição familiar. Estão também descritas síndromes raras que incluem episódios recorrentes de edema (inchaço) palpebral bilateral indolor, levando com o tempo a um relaxamento da pele das pálpebras e blefarocalásia.

## EPIDEMIOLOGIA

É mais frequente após os 40-50 anos de idade e surge em ambos os sexos. Afeta todas as raças.



[https://www.draestrellafernandez.es/patologia\\_/parpados/incapacidad-de-cierre-palpebral/](https://www.draestrellafernandez.es/patologia_/parpados/incapacidad-de-cierre-palpebral/)



<https://ltiplastica.com.br/cirurgia-facial/blefaroplastia/>

## MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS

Na maioria das pessoas afetadas é uma doença assintomática. Manifesta-se apenas como uma aparência cansada ou sonolenta, envelhecida. Mas, conforme a gravidade da doença, a fisiologia das pálpebras pode estar afetada:

- o excesso de pele, pelo seu peso, aumenta a dificuldade em elevar as pálpebras superiores;
- a pele ao dobrar-se sobre si própria, em pregas, dificulta a drenagem das lágrimas nos canaliculos situados nos cantos internos das órbitas, levando a lacrimojo e a potenciais infecções das vias lacrimais;
- ao não se elevarem na totalidade, as pálpebras superiores interferem nos campos visuais e, para conseguirem ver, os doentes podem necessitar de inclinar a cabeça para trás, para uma posição de queixo levantado (uma alteração postural que pode causar desequilíbrios e quedas nos idosos), ou elevar a pálpebra com o auxílio dos dedos, ou mesmo elevar as sobrancelhas num esforço de levantar um pouco mais as pálpebras descaídas com a ajuda dos músculos frontais (o que pode causar adicionalmente cefaleia de tensão, fadiga ocular e uma aparência estranha de “surpresa”). A redução dos campos visuais pode perturbar o quotidiano, como o simples ato de conduzir ou subir escadas, com impacto negativo forte na vida destes doentes.

## DIAGNÓSTICO

O diagnóstico é clínico, ou seja, decorre da história clínica fornecida pelo doente e da observação médica, onde o médico avalia o excesso de pele em cada pálpebra. A anatomia normal das pálpebras inclui alguma redundância de pele na prega palpebral, de forma a garantir que as pálpebras superiores e inferiores se encerrem completamente na posição de deitado, protegendo assim o globo ocular. Logo, uma pessoa saudável na posição de pé, ao olhar para baixo, deixa de ter prega palpebral, enquanto um doente com blefarocalásia tem persistência da prega palpebral.

## DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL

Durante a consulta é importante excluir outras doenças que se podem confundir com a blefarocalásia.

Na blefaroptose existe uma alteração no movimento de elevação da pálpebra, ou seja, na posição de olhos abertos a pálpebra superior encontra-se numa posição abaixo da sua posição normal, está caída (*blefaroptosis*: *blefaro*= pálpebra, *ptosis*= queda), ficando o olho semicerrado. Esta doença pode ser congénita e manifestar-se desde o nascimento, ou ser adquirida. Pode afetar apenas um olho ou ambos. Habitualmente tem causa neurológica (falta de estímulo nervoso sobre o músculo levantador da pálpebra), muscular (o músculo levantador da pálpebra não desempenha a sua função) ou mecânica (ex: um tumor da pálpebra leva a que a pálpebra se torne pesada, impossibilitando a abertura completa da mesma).

Existem ainda doenças do tecido conjuntivo que motivam uma alteração na anatomia ou fisiologia da pele. Em consequência há um relaxamento da mesma, causando a nível das pálpebras o excesso de pele que caracteriza a blefarocalásia (ex: síndrome de Ehlers-Danlos, pseudoxantoma elástico, elastólise pós-inflamatória e cutis laxa, anetodermia, elastólise da derme média).

Também as doenças inflamatórias/infeciosas/alérgicas que afetem a pálpebra podem levar a um aumento transitório do volume e do peso da pálpebra (ex: blefarite, dermatite de contato, angioedema).

A doença oncológica (ex: tumores retrobulbares ou da glândula lacrimal), doença tiroideia ou renal devem igualmente ser excluídas.

## TRATAMENTO

Quer a alteração estética, quer as alterações funcionais das pálpebras, podem ter um impacto psicossocial nocivo. Existe tratamento para a blefarocalásia, uma cirurgia chamada blefaroplastia.

A blefaroplastia é uma cirurgia realizada sob anestesia local ou geral, onde é removido o excesso de pele das pálpebras (superiores, inferiores, ou ambas) e, por vezes, corrigidas concomitantemente outras alterações associadas, como por exemplo a remoção de fibras do músculo orbicular, remoção/reposicionamento das bolsas adiposas, reposicionamento da glândula lacrimal, reposicionamento do canto externo do olho. É importante destacar que não se pode remover toda a pele aparentemente em excesso, pois quando estamos deitados as pálpebras sofrem menos a ação da gravidade do que quando estamos de pé, logo precisamos de ter pele redundante para ter um bom encerramento palpebral ao dormir.

A incisão desta cirurgia é feita de forma a ficar impercetível no futuro. Na pálpebra superior usa-se o sulco natural da pálpebra. Na pálpebra inferior, o corte é feito em ruga da pele ou na conjuntiva.

No pós-operatório da blefaroplastia é crucial a aplicação de gelo e dormir com cabeceira da cama elevada, para evitar grande edema ou hematoma. Para as dores habitualmente um analgésico como o paracetamol é suficiente. As suturas são removidas entre os 5-8 dias pós cirurgia. No início a cicatriz pode estar um pouco eritematosa (vermelha), devido à resposta inflamatória aguda, mas ao fim de algumas semanas esta torna-se impercetível.

As complicações desta cirurgia que podem ocorrer são as hemorragias, infeções, assimetrias palpebrais, a hipercorreção (de que resulta lagofalmo noturno, isto é, incapacidade de fechar completamente a fenda palpebral ao estar deitado) e ptose.



Ana Cristina Pratas  
CTEN MN

[www.facebook.com/participanosaudeparatodos](https://www.facebook.com/participanosaudeparatodos)

## BOAS INTENÇÕES

Diz o povo, que por vezes tem toda a razão no que afirma, de que de boas intenções está o inferno cheio, não sei se assim é na realidade, mas estou em crer que, a ser verdade, ao caso que seguidamente relato se aplica inteiramente o ditado popular

Como julgo ser sabido a escravatura foi uma prática comum a quase todos os extractos sociais, pese embora alguns, nos dias que correm, o procurem esconder, prática essa quase sempre unicamente associada ao lucro pessoal.

A consulta do Conselho Ultramarino de 17 de Janeiro de 1685 dá a conhecer, no entanto, um motivo, bem inesperado aliás, para o comércio de escravos.

Dado o estado de ruína da ermida de N<sup>ª</sup> Sr<sup>ª</sup> dos Remédios, em Luanda, os irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento daquela freguesia, resolveram edificar novo templo, custeado pela Irmandade, pelas esmolas da população e com um apoio financeiro do governo, apoio esse que, dadas as dificuldades, não foi de grande monta.

Sendo o dinheiro existente insuficiente para a conclusão da obra, para se fazerem os ornamentos e para a aquisição de outras peças para os officios divinos e esgotada que estava a possibilidade de contraírem mais empréstimos resolveu a Irmandade requerer autorização régia para enviar, uma vez por ano, um patacho, que entretanto haviam comprado (1), para o Brasil, com quinhentos escravos, requeriam ainda que tal autorização fosse válida por 10 anos.

O Conselho Ultramarino, considerando que se tratava de uma obra de grande devoção e que contribuiria para a conversão dos gentios, pela observação da forma como os católicos veneravam o seu Deus, propunha que a pretensão obtivesse a concordância real mas unicamente por um período mais reduzido de tempo, período esse que julgavam ser suficiente para a obtenção dos 15000 cruzados necessários, verba esta estimada pela Irmandade mas que o Conselho considera exagerada, evitando desta forma que se tornasse um negócio para os requerentes e prejudicasse todos os outros contratantes do tráfico.

A existência da ermida, classificada como valiosa relíquia, leva a crer que o requerido teve a aprovação régia e que os lucros de tal actividade não deverão ter sido pequenos.

(1) Para quem se declarava com dificuldades financeiras a aquisição de um patacho, com capacidade para 500 escravos, ainda antes de se ter obtido autorização, leva a admitir que, ou haveria uma garantia prévia ou se tratava de prática habitual corrente .

Fonte: AHU Cod. 49 fol. 136 v

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.



# QUARTO DE FOLGA

## JOGUEMOS O BRIDGE

## Problema nº 253

<b>NORTE (N)</b>		<b>ESTE (E)</b>	
♠	♥	♠	♥
9	8	7	A
5	7	6	R
4	2		D
			10
			6
<b>OESTE (W)</b>		<b>SUL (S)</b>	
♠	♥	♠	♥
V	V	R	9
8	10	D	7
	9	10	
	3	8	
	2		
♠	♥	♠	♥
A	A	4	V
R	R	3	5
6	D		4
2	5		

### GRAU DE DIFICULDADE – MÉDIO CARECENDO DE ATENÇÃO TAPE OS JOGOS DE E-W PARA TENTAR RESOLVER A 2 MÃOS

Todos vuln. S joga 4♥ com 7 trunfos, como único contrato possível, recebendo a saída a R♠ seguido da D e depois V♠. Fez de A, contou 10 vazas garantidas, mas a verdade é que apanhou 2 cabides. Analise melhor o jogo e encontre a linha que permita cumprir este contrato com segurança.

### SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 253

Numa 1ª análise tem realmente 2♥+3♥+5♠, mas atenção que só poderá fazer os ♠ se destrunfar com segurança, face à distribuição 4-2 na defesa. Para isso, não deverá jogar A♥D♥, conforme fez, pois fica um trunfo de fora para W para W cortar o 3♠ e ter depois de dar 4-2 na defesa. Ainda mais 2 vazas, apanhando os 2 cabides como aconteceu. A linha segura, mesmo sem saber se os trunfos estão 3-3 ou 4-2, será sempre jogar o 5 de ♠ para fora, para ter o controlo do jogo e poder fazer as tais 10 vazas acima referidas. Se estivessem 3-3-3-3 tinha perdido uma vaza, mas assim garanti o cumprimento. Este problema mostra que na escolha das linhas de jogo a seguir, devemos ter sempre em conta as distribuições mais prováveis das cartas que faltam (relembro que para 6 cartas são 36% para 3-3 e 48% para 4-2).

**Nunes Marques**  
CALM AN

## GO NAVY!

## Passatempo nº 35

**What is the level?**  
Let's talk about...



### STANAG 6001

STANAG 6001 Edition 5, Language Proficiency Levels, is the NATO agreed standard for language curriculum, test development, and for recording and reporting Standardized Language Profiles (SLPs).

STANAG 6001 provides NATO forces with a table describing language proficiency levels.

The language proficiency skills – Listening (L); Speaking (S); Reading (R); Writing (W)- are broken down into six base levels coded 0 through 5. In general terms, skills may be defined as follows:

Level 0- No proficiency; Level 1 – Survival; Level 2 – Functional; Level 3 – Professional; Level 4 – Expert; Level 5- Highly-articulate native.

Do you know what type of MILITARY TASKS you are expected to be able to perform (comprehend and produce) at each level? Let's find out!

### WHAT IS THE LEVEL (0,1,2,3,4,5) OF THE FOLLOWING MILITARY TASKS?

“Act as an arbiter between warring factions during a delicate peace keeping assignment.”

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR: Level 2

**Estela Magalhães Parreira**  
CTEN ST-ELING

## SUDOKU

## Problema nº 85

### FÁCIL

		6		3				
5	4			9				
2				7	6	8		
6	5		4	8				
	8							
				6		7		
	9					7		
3			5		4			
			8	2				

### DIFÍCIL

						1		
	8							5
		5		3	1			
	5	4				7		
		3	4	9		6		
8	6							1
3				8		5		
	7				9			
6	8	5				9	3	

### SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 85

#### FÁCIL

3	5	6	2	1	8	7	9	4	7
9	1	7	6	5	8	2	3	6	5
8	2	7	4	9	3	5	6	1	8
5	7	8	9	3	6	2	1	7	4
7	9	1	5	7	2	3	8	6	8
2	6	3	8	7	4	5	9	6	5
1	4	8	7	6	9	3	2	5	7
7	3	2	8	6	9	4	5	1	8
6	4	5	7	3	1	2	8	9	6

#### DIFÍCIL

2	3	6	4	7	1	8	5	9	7	8
9	8	1	1	6	4	7	3	2	7	5
8	2	7	4	9	5	6	8	1	2	3
5	7	8	9	3	6	2	1	7	4	8
7	9	1	5	7	2	3	8	6	4	7
2	6	3	8	7	4	5	9	6	5	8
1	4	8	7	6	9	3	2	5	7	8
7	3	2	8	6	9	4	5	1	7	8
6	4	5	7	3	1	2	8	9	6	5

# NOTÍCIAS PESSOAIS

## NOMEAÇÕES

• CALM Pedro Miguel de Sousa Costa, Subchefe do Estado-Maior da Armada • CMG M RES Daniel de Jesus Véstias Letras, Comandante da UAM D. *Fernando II* e *Glória* • 1TEN M João Paulo Vinagre Pedro Janicas, Comandante do NRP *Zaire*.

## FALECIDOS

• 70049 CMG EMQ REF Ricardo Jorge de Santa Teresa de Melo de Sampaio • 165177 CFR SAE RES ACT Francisco Gaspar Dinis Pires • 113653 CTEN SG REF José Fernando Cristo da Luz • 113653 CTEN SG REF José Fernando Cristo da Luz • 259075 CTEN TSN REF Eduardo Jorge Santos Baptista • 762461 CTEN OT REF Manuel Georgino Ferreira de Bastos • 104645 1TEN SG REF José Viegas Coelho • 351753 1TEN OTS REF Domingos Gomes Cardoso • 93768 1TEN FZ REF António José Mendes Baião • 299953 1TEN OT REF Joaquim Batista de Sousa • 346953 SAJ M REF Joaquim Lucas • 564159 SAJ L REF Manuel Francisco Bento • 147546 1SAR C REF António dos Reis Lopes Alho • 175868 1SAR FZ REF Amaro Rodrigues Bento • 466857 CAB CE REF José Simões • 116079 CAB TFD REF José Boaventura Barbeitos Sousa • 246150 1MAR DFA FZ REF Francisco Pereira Lopes • 91864 1MAR FZ REF Manuel Rodrigues Marques.

**FIDELIDADE**  
SEGUROS DESDE 1808

**QUEM NOS PROTEGE  
MERECE A NOSSA PROTEÇÃO**

**Usfrua de condições especiais  
no seguro de saúde, entre outros.**

Vida • Acidentes Pessoais • Responsabilidade Civil Familiar • Automóvel  
Multiriscos habitação • Acidentes de trabalho • Empregada Doméstica

Contacte **Ilídio Alexandre**, da **Loja do Laranjeiro**, Av. 23 de Julho Vitoria  
Liberal 411, 2810-292 Laranjeiro - Telf. **212 592 403**

fidelidade.pt    

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Estes seguros são produtos da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., comercializado através da Ilídio António Sebastião Alexandre, doravante mediador. O mediador com endereço na AV 23 Julho 411, Almada, encontra-se inscrito desde 2014-03-28, na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões na categoria de Categoria De Agente, sob o número 357003337. Os dados do mediador estão disponíveis e podem ser consultados no site da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ([www.asf.com.pt](http://www.asf.com.pt)). Ilídio António Sebastião Alexandre, enquanto mediador, não tem poderes para celebrar contratos de seguro em nome do Segurador, salvo quando para o efeito expressamente autorizado pela Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., **nem assume a cobertura dos riscos**. O Mediador, enquanto Agente de seguros, tem poderes de cobrança.

## A FRAGATA D. FERNANDO II & GLÓRIA TEM NOVIDADES

Desde janeiro de 2022, a Fragata *D. Fernando II & Glória* passou a ter com carácter regular visitas guiadas. Aos 4.ºs sábados de casa mês, com a ajuda do marinheiro Sardinha\*, vamos dar a conhecer a história e funções de cada espaço e objeto deste nosso último navio totalmente à vela.

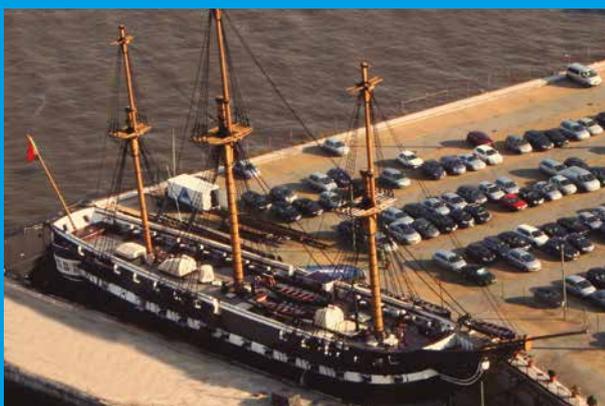
Da proa para a popa, do convés ao porão, o marinheiro Sardinha explora os mais diversos temas e curiosidades, sempre em interação com os visitantes. Além disso, esta visita inclui a elaboração de algumas atividades, como nós de marinheiro, entre outras surpresas.

A visita está preparada para o público mais jovem entre os 7 aos 15 anos, mas pode ser preparada para públicos mais “maduros”. A inscrição nesta visita depende de

reserva, através da aquisição de bilhetes no site da marinha. Para o os militares, militarizados e civis da Marinha foi aprovado um preço especial (Bilhetes Família Naval), o qual implica apresentação da identificação de Marinha no dia da visita.

A visita tem um número limitado de participantes e a reserva deve ser efetuada com 48h de antecedência. As próximas datas para esta visita são: **23 de abril, 28 de maio, 25 de junho e 23 de julho**, podendo também vir a ocorrer noutras datas a divulgar na página on-line da Fragata. Visite-nos!!

\*O marinheiro Sardinha é uma personagem fictícia, promovida pela empresa COOLture Tours contratada para este serviço.



# CONCURSO DE FOTOGRAFIA



Provas de mar do MLU.  
Foto: NRP Bartolomeu Dias



A. Sul da Ilha da Berlenga.  
Foto: NRP Corte-Real

# NAUS de PEDRA em LISBOA



Situada na:

**Rua da Costa 49,**  
junto à Tapada das Necessidades

